CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Documento de Formalização de Demanda

Demandante: Secretaria Geral:
Servidor Responsável pela Demanda: **Heuller Mariano Gonçalves**
email: camarajraydan@yahoo.com.br
Ordenador de Despesa: Heuller Mariano Gonçalves
A dotação orçamentária será decorrente do ano de 2025.
Origem do recurso: Próprio
Justificativa da necessidade: A Câmara Municipal de José Raydan/MG identifica a necessidade de execução de obra de reforma em sua sede institucional, visando à manutenção da estrutura física do prédio, à correção de problemas construtivos e à adequação de ambientes para garantir o pleno funcionamento das atividades legislativas e administrativas. A atual edificação apresenta deteriorações significativas como infiltrações, rachaduras, danos nas instalações elétricas e hidráulicas, falhas em pisos e revestimentos, além de ambientes que necessitam de adequações funcionais para garantir acessibilidade, conforto e segurança de servidores, vereadores e cidadãos. A contratação será realizada por dispensa de licitação, nos termos do inciso I do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando o valor da obra for inferior ao limite legal estabelecido (atualmente, até R$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) para obras e serviços de engenharia).

Processo nº 10/2025
Folha nº 01
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

2. Especificação do Item/Quantidade a ser contratada e Unidade de Medida: A quantidade e relação dos estão presentes no Projeto Básico anexo.
3. Previsão de data em que deve ser iniciada execução dos serviços ou a entrega do(s) material(ais) desejados: junho de 2025.
4. Indicação do(s) servidor(es) para comporem) a Equipe de Planejamento da Contratação (EPC) *(QUANDO HOUVER NECESSIDADE)* Secretária Geral da Câmara
SOBRE O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO
(x) FAVORÁVEL: Aprovo o prosseguimento das atividades voltadas à contratação, considerando sua relevância e oportunidade aos objetivos estratégicos e as necessidades da área requisitantes. Dessa forma, solicitamos a instituição de equipe de planejamento e contratação por meio de portaria. ( ) DESFAVORÁVEL: Justificativa ...

José Raydan 03 de setembro de 2025

Heuller Mariano Gonçalves

presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG
Biênio 2025/2026

Processo nº 10/2025
Folha nº 02
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo nº 101/2025
Folha nº 03
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Data: 03 de setembro de 2025.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN;

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.

Nos termos da Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores, Considerando a necessidade da Contratação de pessoa jurídica para finalização da reforma do prédio da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme o termo de referência, estão confirmada a Disponibilidade Orçamentária e a Provisão Financeira, bem como e a necessidade de aderir às diretrizes estabelecidas na legislação pertinente de Licitações e Contratos Administrativos; **determino que** seja o presente processo, seja autuado, numerado e autorizo a abertura do mesmo.

Atenciosamente;

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 04
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Data: 03 de setembro de 2025.

Para: Agente de Contratação;

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS

A Câmara Municipal de José Raydan/MG necessita de serviços de engenharia para finalizar a reforma do prédio da Câmara Municipal. A contratação de uma empresa especializada assegura: Agilidade no atendimento (redução de tempo de inatividade). Qualificação técnica (equipe devidamente capacitada para execução dos serviços)

Portanto, a necessidade da contratação de uma empresa é uma medida essencial para garantir a continuidade do serviço Público.

Atenciosamente;

Heuller Mariano Gonçalves

RG: MG 17044059

CPF: 104.860.316-40

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Data: 03 de setembro de 2025.

Processo nº 10/2025
Folha nº 05
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Assunto:

Para fins atendimento do disposto no artigo 75 da Lei Federal 14.133, em atendimento à solicitação feita através do Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS,** respectivamente baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, DECLARO que a Câmara Municipal de José Raydan/MG, possui disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas.

Indicação da dotação orçamentária: 001. Câmara Municipal 01.031.0001.2001 Manutenção Atividades Câmara Municipal 3.3.90.36.00 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000.00 3.3.90.35.00 8 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica ficha 10 fonte 1500

Atenciosamente;

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 10/2025
Folha nº 06
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto da Contratação

1.1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS**, conforme Projeto Básico anexo a este Termo de Referência.

1.2. Resumo do Objeto

1.2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e nos documentos técnicos anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR TOTAL
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.**	Unidade	1	R$ 20.543,44
Valor total: R$ 20.543,44(vinte mil quinhentos e quarenta e três e quarenta e quatro centavos)				

1.3. Classificação do Objeto quanto à Heterogeneidade, Complexidade e Fundamentação Técnica

1.3.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como obra comum de engenharia, conforme definição do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, e entendimento consolidado pela Nota Técnica IBR 001/2021, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

1.3.2. Trata-se de obra padronizável e de baixa complexidade técnica, cujas soluções construtivas são amplamente consolidadas e passíveis de especificação por meio de projeto básico suficiente, não envolvendo soluções inovadoras, personalizadas ou de caráter excepcional.

Processo nº 10/2025
Folha nº 01
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

1.3.3. A intervenção será executada com técnicas usuais no setor da construção civil, plenamente compatíveis com a preservação do bem tombado, garantindo objetividade na definição dos requisitos, previsibilidade de resultados e segurança jurídica à Administração Pública.

1.4. Classificação do Objeto quanto ao Modelo de Execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como contratado por escopo, a ser executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. A contratada será remunerada com base nos quantitativos efetivamente executados, aferidos mediante medições realizadas pela fiscalização designada, conforme o Cronograma Físico-Financeiro e a Planilha Orçamentária integrantes deste Termo de Referência.

1.5. Prazo de Execução

1.5.1. O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, observando-se o cronograma estabelecido e as orientações de preservação do patrimônio cultural.

1.6. Vigência Contratual

1.6.1. O prazo de vigência da contratação será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua o responsável por detalhar as disposições aplicáveis quanto à vigência e à execução.

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação

2.1.1. A contratação de empresa para reformar o prédio da Câmara Municipal se faz necessária por várias razões fundamentais para garantir a eficiência, a segurança e a funcionalidade do espaço. A reforma garante que a estrutura do prédio esteja em conformidade com as normas de segurança, prevenindo acidentes que podem ocorrer devido a problemas como infiltrações, fissuras ou falhas elétricas, principalmente em prédios antigos que não recebem manutenção regular podem apresentar problemas estruturais. Contudo a reforma prolongar a vida útil do prédio, evitando custos maiores a longo prazo e um prédio bem conservado demonstra cuidado e responsabilidade com o patrimônio público.

2.1.2 A reforma visa garantir a segurança, funcionalidade, eficiência e conservação do patrimônio público, além de atender às necessidades imediatas de manutenção e atualização,

proporcionando um ambiente de trabalho adequado e valorizado para os servidores e a comunidade. Portanto, será necessário a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a reforma, bem como o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, por não dispormos de mão de obra qualificada e material adequado para tal, desta forma evitando desperdícios.

2.1.3. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência/projeto básico e seus anexos.

2.1.4. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante processo, na modalidade dispensa.

2.1.5. Entendemos, portanto, que os serviços de engenharia para a reforma do prédio da Câmara, com fornecimento de mão de obra, peças, equipamentos, material demais insumos, objeto de contratação previsto neste instrumento, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Câmara Municipal.

2.1.6. A necessidade da contratação também se justifica sob a perspectiva dos princípios e diretrizes que regem a gestão pública patrimonial.

2.1.7. Assim, a intervenção proposta tem como objetivo principal:

a) Garantir a conservação preventiva e corretiva da edificação, assegurando sua estabilidade, segurança e funcionalidade;

b) Preservar e valorizar o patrimônio cultural municipal, promovendo o fortalecimento da identidade histórica e cultural da comunidade local;

c) Restabelecer as condições adequadas de uso e fruição do espaço pela população, garantindo o pleno atendimento das atividades legislativas desenvolvidas no local.

2.1.8. A realização da obra de reforma e conservação da Câmara Municipal é, portanto, imprescindível para garantir a preservação de um bem cultural do município. importância, corrigindo patologias construtivas que ameaçam sua integridade e funcionalidade, assegurando o cumprimento do interesse público e a concretização dos princípios constitucionais da eficiência, da legalidade, da função social da propriedade e da proteção ao patrimônio cultural.

2.2. Compatibilidade com o Planejamento Institucional

Processo nº 10/2025
Folha nº 08
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 10/2025
Folha nº 09
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

2.2.1. Em relação a está contratação, a mesma está prevista no Planejamento Orçamentário da Câmara Municipal para o ano de 2025 e constará no plano de ação do mesmo.

2.2.2. A presente contratação está inserida na programação orçamentária da Administração Pública Municipal, com a devida previsão de dotação orçamentária e financeira.

2.3. Justificativa Técnica da Solução Adotada

2.3.1. A solução proposta encontra-se minuciosamente descrita no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e nos demais documentos técnicos que integram o Projeto Básico, elaborados com observância às Normas Técnicas da ABNT.

2.3.3. Considerando a natureza do serviço a ser, optou-se pela execução da obra sob regime de empreitada por preço unitário, permitindo maior controle técnico, econômico e financeiro por parte da Administração Pública.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na execução de serviços especializados de reforma e conservação da Câmara Municipal, conforme estabelecido no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e nas demais peças técnicas integrantes do Projeto Básico. A execução da obra visa garantir a estabilidade, funcionalidade, segurança, da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

3.2. O objeto da contratação compreende exclusivamente a execução de obra, abrangendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários, bem como a adoção das medidas técnicas indispensáveis à preservação do bem cultural tombado. A execução deverá ocorrer conforme as normas técnicas da ABNT aplicáveis, as diretrizes do IEPHA/MG e as orientações internacionais de conservação e restauração.

3.3. Descrição do Ciclo de Vida da Solução

3.3.1. **Mobilização e Preparação do Canteiro de Obras**

3.3.1.1. Instalação da placa de obra, com informações obrigatórias, conforme legislação vigente.

3.3.1.2. Delimitação e sinalização da área de intervenção, com medidas de proteção do, evitando danos acidentais.

3.3.1.3. Implementação de estruturas provisórias necessárias à segurança e à organização do canteiro, incluindo tapumes, acessos temporários e áreas de armazenamento de materiais, conforme NR-18 do Ministério do Trabalho.

Processo nº 10/2026
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

3.3.2. **Remoções e Demolições Controladas:**

3.3.2.1. Remoção manual de elementos comprometidos ou deteriorados em estado de degradação e instalações elétricas inadequadas.

3.3.2. Destinação adequada dos resíduos sólidos, com segregação de materiais recicláveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as

3.3.5. **Recebimento Provisório da Obra**

3.3.5.1. Conclusão das obras e realização do recebimento provisório, mediante emissão de Termo Circunstanciado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.5.2. Verificação formal da conformidade da obra com o Projeto Básico, o Cronograma Físico-Financeiro e as demais disposições contratuais, com a ciência formal da fiscalização e da contratada.

3.3.6. **Monitoramento e Operação**

3.3.6.1. Utilização e fruição do bem pela comunidade, com monitoramento das condições estruturais, funcionais e estéticas da edificação, garantindo a eficácia e a durabilidade das intervenções realizadas.

3.3.6.2. Adoção de práticas de manutenção preventiva e corretiva, conforme diretrizes de conservação patrimonial e boas práticas de gestão de ativos públicos.

3.3.7. **Recebimento Definitivo da Obra**

3.3.7.1. Decorrido o prazo de observação e não sendo constatada a existência de vícios ou falhas, será realizado o recebimento definitivo da obra, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7.2. O recebimento definitivo não eximirá a contratada de sua responsabilidade objetiva por eventuais vícios ocultos, falhas de projeto ou execução, conforme disposto no art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021, no art. 618 do Código Civil e no art. 24 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sendo garantido prazo irredutível de 5 (cinco) anos para a solidez, segurança e funcionalidade da obra.

3.4. Requisitos Técnicos, Funcionais, de Desempenho e de Qualidade da Solução

3.4.1. A execução da obra deverá observar rigorosamente os seguintes requisitos técnicos, funcionais, de desempenho e de qualidade, que são indispensáveis para assegurar a adequação da solução à necessidade pública:

3.4.1.2. Compatibilidade dos materiais empregados com os elementos originais da edificação, visando garantir a harmonia estética, a durabilidade e a integridade do prédio da Câmara Municipal.

3.4.1.3. Atendimento integral às normas técnicas brasileiras, em especial:

- ABNT NBR 5410:2020, referente a instalações elétricas de baixa tensão;
- Normas específicas de segurança do trabalho, conforme Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho;
- Normas de conservação e restauro de bens culturais, reconhecidas nacional e internacionalmente.

3.4.1.4. Garantia de desempenho mínimo nos aspectos de estabilidade estrutural, resistência, funcionalidade, segurança e salubridade da edificação, conforme parâmetros aceitos no setor da construção civil e exigidos pela legislação e regulamentações aplicáveis.

3.4.1.5. Eficiência e qualidade da execução, assegurando que todas as intervenções sejam realizadas com precisão técnica e acabamento adequado, respeitando os critérios estéticos, históricos e funcionais do bem.

3.5. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

3.5.1. A execução da obra deverá adotar, de forma obrigatória, as seguintes práticas de sustentabilidade:

3.5.1.1. Gestão adequada de resíduos sólidos, com segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente correta, priorizando a reciclagem e a reutilização, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.5.1.2. Adoção de medidas para a redução do consumo de recursos naturais, com uso racional de água e energia durante a execução dos serviços.

3.5.1.3. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizada a aquisição de materiais de origem local e regional, visando a redução dos impactos ambientais associados ao transporte e o estímulo ao desenvolvimento econômico local.

3.5.1.4. Implementação de ações para prevenção de poluição e controle de emissões, conforme legislações ambientais pertinentes, mitigando eventuais impactos negativos decorrentes das atividades da obra.

Processo nº 10/2025
Folha nº 11
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 10/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

3.5.1.5. Adoção de práticas que promovam a proteção e conservação do prédio da Câmara municipal, evitando quaisquer danos ou descaracterizações indevidas dos elementos não sujeitos à intervenção direta.

3.6. Adequação Técnica, Econômica e Jurídica da Solução

3.6.1. A solução técnica adotada foi definida com base em análise minuciosa dos elementos técnicos e mercadológicos disponíveis, contemplando as especificações necessárias para garantir a preservação do patrimônio, a segurança da edificação e a eficiência na execução da obra.

3.6.2. Do ponto de vista técnico, a solução contempla:

3.6.2.1. A utilização de materiais compatíveis com os existentes, observando aspectos como dimensão, composição, resistência e estética, conforme detalhado no Memorial Descritivo e no Projeto Básico.

3.6.2.2. A adoção de métodos de intervenção não destrutivos, que assegurem a integridade e a autenticidade do bem.

3.6.3. Do ponto de vista mercadológico, a contratação está lastreada em pesquisas de preços de mercado e na adoção de referenciais oficiais, notadamente:

3.6.3.1. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI-MG, abril/2025), versão desonerada;

3.6.4. As condições contratuais previstas asseguram a adequação jurídica da solução, atendendo aos princípios e regras previstos na Lei nº 14.133/2021, com especial destaque para:

3.6.4.1. A adoção do regime de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, inciso XLIII, da referida lei, propiciando maior segurança na gestão e fiscalização da execução contratual.

3.6.4.2. A estipulação de garantia legal de adequação do serviço, conforme previsto no art. 24 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no art. 618 do Código Civil e no art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021, com prazo irredutível de 5 (cinco) anos para a solidez, segurança e funcionalidade da obra.

3.6.4.3. A definição de responsabilidades claras da contratada quanto à correção, reparo ou substituição, às suas expensas, de quaisquer vícios, defeitos ou falhas constatadas, mesmo após o recebimento definitivo.

3.7. Considera-se também o requisito de acessibilidade, garantindo que as intervenções realizadas não comprometam o acesso e a circulação de pessoas, bem como a integridade

Processo nº 10/2025
Folha nº 13
Ass.:
Câmara Municipal de José Bayden

de eventuais dispositivos existentes, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as políticas públicas de acessibilidade.

3.9. A contratada deverá ainda garantir a prestação de assistência técnica, suporte e manutenção corretiva, sempre que identificadas falhas, vícios ou defeitos no prazo legal de garantia, realizando, às suas expensas, todas as ações necessárias à reparação integral do objeto, assegurando a adequada conservação e funcionalidade do bem público.

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução do objeto da contratação deverá observar rigorosamente todos os requisitos indispensáveis para garantir a adequação da solução à necessidade pública, a qualidade técnica, a preservação do patrimônio, bem como a segurança e a eficiência na realização dos serviços, em conformidade com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

4.2. Da Participação de Consórcios

4.2.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto contratado.

4.3. Subcontratação

4.3.1. A subcontratação será admitida apenas de forma parcial e exclusivamente para atividades secundárias, acessórias ou de apoio, vedando-se expressamente a delegação de atividades principais, essenciais ou que comprometam a responsabilidade técnica da contratada perante a Administração.

4.3.2. A possibilidade de subcontratação deverá ser expressamente indicada na proposta apresentada, e sua efetivação ficará condicionada à autorização prévia e expressa da Administração, mediante análise da regularidade jurídica, técnica e fiscal da empresa subcontratada.

4.3.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela boa execução do objeto contratado, respondendo por quaisquer falhas, atrasos ou inadimplementos decorrentes da atuação dos eventuais subcontratados, inclusive quanto a encargos trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, conforme estabelecido no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Garantia da Contratação

4.4.1. Não será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza da contratação e as condições de risco avaliadas no planejamento da contratação.

4.4.2. Ressalte-se, entretanto, que a contratada deverá observar integralmente as obrigações legais relativas à garantia da qualidade e segurança da obra, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades contratuais específicas.

4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é considerada imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferenciados aos interessados que desejarem realizar a vistoria prévia, mediante solicitação formal, assegurando o tratamento isonômico e o acesso pleno às informações sobre as condições locais.

4.5.3. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. A vistoria deverá ser agendada previamente, mediante solicitação encaminhada ao endereço eletrônico que será disponibilizado no edital de licitação, garantindo a organização e o acompanhamento formal do procedimento pela Administração.

4.5.5. O representante da empresa deverá comparecer munido de carta de apresentação emitida pela empresa interessada, firmada por seu representante legal, atestando sua autorização para fins de vistoria e reconhecendo expressamente a vinculação entre o conhecimento obtido no local e a proposta a ser apresentada.

4.5.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local e da contratação.

4.5.7. A não realização da vistoria, por opção do licitante, não poderá fundamentar, em hipótese alguma, posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, das exigências técnicas ou das limitações físicas do terreno, cabendo exclusivamente ao contratado o ônus de quaisquer serviços decorrentes de sua decisão, sem que isso implique em ônus adicional para a Administração.

Processo nº 10/2025
Folha nº 14
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Processo nº 10/2025
Folha nº 15
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

i) O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Administração Pública.

i) A contratada deverá obedecer integralmente ao Cronograma Físico-Financeiro e ao Projeto Básico completo, observando rigorosamente as etapas, métodos, rotinas, tecnologias e procedimentos indicados nas peças técnicas que integram o Projeto Básico.

5.1.2. A contratada deverá, obrigatoriamente, implementar todas as medidas necessárias à preservação do estabelecimento, zelando pela segurança do imóvel, dos trabalhadores e da comunidade, bem como pela integridade dos que ali frequentam.

5.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados na Câmara Municipal de José Raydan/MG.

5.2.2. A execução dos serviços ocorrerá no horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, salvo eventual necessidade devidamente justificada e autorizada pela Administração.

5.3. Rotinas a Serem Cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas e detalhamentos indicados no Projeto Arquitetônico Básico e no Memorial Descritivo, respeitando o Cronograma Físico-Financeiro e os parâmetros técnicos definidos nas especificações técnicas da obra.

5.3.2 A contratada deverá manter a Administração informada sobre a evolução das etapas, mediante relatórios periódicos de execução, acompanhados de registros fotográficos.

5.4. Materiais a Serem Disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, por sua conta, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em conformidade com as quantidades estimadas e qualidades técnicas exigidas no Projeto Básico.

5.4.2. Todos os materiais utilizados deverão possuir qualidade comprovada, apresentar conformidade com as normas técnicas aplicáveis e, sempre que possível, ser adquiridos de fornecedores locais ou regionais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e de fomento ao desenvolvimento econômico local.

5.4.3. É vedada a utilização de materiais que comprometam a integridade, segurança, estabilidade ou autenticidade da Câmara Municipal, devendo ser priorizados materiais e técnicas compatíveis com as características originais da edificação.

5.5. Especificação da Garantia do Serviço

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo das disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Código Civil Brasileiro (art. 618).

5.5.2. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada da responsabilidade objetiva por quaisquer danos causados por falhas de projeto, execução ou emprego de materiais inadequados, bem como por problemas relacionados às condições do solo.

5.5.3. A contratada deverá garantir a solidez, segurança e funcionalidade da obra pelo prazo mínimo e irredutível de 5 (cinco) anos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vícios ou defeitos que comprometam a estabilidade da edificação, inclusive aqueles decorrentes de:

i) Má execução dos serviços;

ii) Emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior à especificada;

iii) Problemas relacionados às condições do solo ou a falhas técnicas na execução.

5.5.4. O recebimento definitivo da obra não exime a contratada dessa responsabilidade, a qual permanecerá vigente durante todo o período de garantia.

5.5.5. Constatado qualquer vício, defeito ou incorreção dentro do referido prazo, a contratada deverá proceder, às suas expensas, com todas as medidas necessárias à reparação, correção, reconstrução ou substituição dos elementos afetados, no prazo e condições estabelecidos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Processo nº 10/2025
Folha nº 16
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 10/2025
Folha nº 17
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Processo nº 10/2025
Folha nº 18
Ass.: Leonardo
Câmara Municipal de José Raydan

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

i) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;

j) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

Processo nº 10/2025
Folha nº 19
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

i) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

k) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

l) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso;

m) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

n) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

o) Receber e dar encaminhamento imediato:

(1) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

(2) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

Processo nº 10/2025
Folha nº 20
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

a) Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

c) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal para medição, nos termos do art. 92, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

i) O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando as conclusões em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

i) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

ii) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

iii) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

iv) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

Processo nº 10.2025
Folha nº 21
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

v) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser comunicada à empresa a necessidade de emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Processo nº 10/2025
Folha nº 22
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. No caso de atraso por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.28. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.29. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

Processo nº 10/2025
Folha nº 23
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.30. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

a) Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.31. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

7.32. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.33. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.34. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei.

7.35. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa:

a) A repactuação deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

Processo nº 10/2025
Folha nº 24
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

b) Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o instrumento vinculante da contratada seja diferente daquele utilizado pela Administração como parâmetro.

7.36. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base, adicionais e benefícios, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do acordo vinculante.

(1) Se não houver cláusula de reajuste percentual, a repactuação se dará pela apuração da diferença entre os valores antigos e os atuais;

(2) Deverão prevalecer os valores mais benéficos ao trabalhador.

a) A repactuação de custos não discriminados como mínimos relevantes terá como base o instrumento apresentado pela contratada na licitação.

7.37. Quando a repactuação se referir a custos de mercado, o reajuste será apurado pela fórmula:

Processo nº 10/2025
Folha nº 25
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

$R = V (I - I^0) / I^0$

R = valor do reajustamento;

V = parcela contratual a ser reajustada;

I^0 = índice na data da proposta;

I = índice no mês do reajustamento.

7.38. Em caso de atraso ou não divulgação do índice, aplicar-se-á a última variação conhecida, devendo o Contratado apresentar memória de cálculo tão logo o índice seja disponibilizado.

7.39. Nas aferições finais, o índice utilizado deverá ser o definitivo.

7.40. Caso o índice adotado seja extinto, aplicar-se-á o índice definido por legislação vigente.

7.41. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão, por termo aditivo, novo índice oficial para substituição.

7.42. O Contratante poderá, de ofício, promover redução dos preços contratados caso se verifique deflação justificada do índice adotado.

7.43. Os efeitos financeiros da repactuação de mão de obra retroagirão à data de início dos efeitos financeiros do novo instrumento coletivo.

7.44. Os novos valores contratuais poderão iniciar em data futura, desde que pactuado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para futuras repactuações.

7.45. Os efeitos da repactuação ficarão restritos aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença verificada.

7.46. O pedido de repactuação deve ser apresentado durante a vigência contratual, sob pena de preclusão.

7.47. Caso não haja instrumento coletivo vigente na data da prorrogação, o termo aditivo deverá resguardar o direito à repactuação futura.

7.48. A extinção do contrato não impede o deferimento de repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será formalizada por termo indenizatório.

7.49. O Contratante decidirá sobre o pedido em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da documentação comprobatória.

7.50. O prazo será suspenso enquanto a contratada não cumprir as exigências ou apresentar os documentos solicitados.

7.51. A repactuação será formalizada por apostilamento.

7.52. A repactuação não exclui o direito de revisão contratual com base no art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

7.53. A contratada deverá complementar a garantia contratual, mantendo a proporção original em relação ao valor do contrato.

7.54. Caso sujeita ao regime não-cumulativo de PIS e COFINS, a contratada deverá comprovar as alíquotas médias de recolhimento no momento da repactuação.

7.55. A majoração da tarifa de transporte público poderá gerar revisão dos custos com vale-transporte, desde que comprovada a repercussão econômica, sendo essa revisão formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.56. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando como referência as planilhas indicadas no Projeto Básico.

7.57. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados automaticamente pelo Contratante, mediante aplicação do INCC

Processo nº 10/2025
Folha nº 26
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

(Índice Nacional da Construção Civil), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.58. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.59. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo o(s) índice(s) definitivo(s) seja(m) divulgado(s).

7.60. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para o reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) índice(s) definitivo(s).

7.61. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) índice(s) que vier(em) a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.62. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão, por meio de termo aditivo, novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente.

7.63. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

VIII. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Processo nº 10/2025
Folha nº 21
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. Fraudar a licitação;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será fixada entre 0,5% (meio por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

Processo nº 10/2025
Folha nº 28
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4 a 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada em decorrência das infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo competente, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em decorrência das infrações constantes nos itens 8.1.4 a 8.1.8, bem como nas hipóteses dos itens 8.1.1 a 8.1.3, quando a gravidade justificar penalidade mais severa, conforme art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo fixado, conforme item 8.1.3, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à perda da garantia de proposta.

8.10. A apuração das sanções de impedimento de licitar e contratar e de inidoneidade exigirá processo de responsabilização conduzido por comissão composta por, no mínimo, dois servidores estáveis, assegurada a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a intimação.

8.11. Caberá recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la em até 5 (cinco) dias úteis, ou encaminhá-la à autoridade superior, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

8.12. Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.13. Tanto o recurso quanto o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

Processo nº 10/2025
Folha nº 29
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

8.14. A aplicação de quaisquer das sanções previstas não exime a responsabilidade de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

IX. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **dispensa de licitação**, em formato eletrônico, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de o valor estimado para a contratação ser inferior ao limite legalmente estabelecido, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**, nos termos do inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, conforme definido no inciso XLIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Optou-se pelo regime de empreitada por preço unitário em razão da natureza da obra e das variáveis locais associadas, cujas particularidades técnicas e logísticas podem influenciar diretamente nos quantitativos efetivamente executados durante a execução da obra.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Tratando-se de obra de engenharia com execução por empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços considerará, para fins de análise de exequibilidade, o valor global estimado da contratação, conforme previsto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

a) O interessado que estiver mais bem classificado na fase de lances deverá apresentar, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração, para efeito de verificação de compatibilidade com o orçamento estimado.

9.5. Em consonância com o § 3º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a proposta poderá ser desclassificada se contiver preços unitários excessivos ou manifestamente inexequíveis, ainda que o valor global apresentado esteja dentro dos limites do orçamento estimado pela Administração.

Exigências de habilitação

Processo nº 10/2025
Folha nº 30
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira comumente exigidos nos processos de contratação do órgão, além da **qualificação técnica**, a ser comprovada por meio de:

9.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

a) Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, seja o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)/CREA, com comprovação de validade regular do registro institucional.

a) No caso de sociedades empresárias estrangeiras, a exigência será atendida mediante a apresentação, no momento da assinatura do contrato ou aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o respectivo conselho profissional no Brasil.

Qualificação Técnico-Profissional

9.6.6. O fornecedor deverá apresentar o(s) profissional(is) legalmente habilitado(s), registrado(s) no CREA ou CAU, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica pela execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação.

a) O(s) profissional(is) indicado(s) deverão efetivamente participar da execução do objeto contratual. Será admitida sua substituição por profissional(is) com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.7. Não serão admitidos atestados vinculados a profissionais que tenham dado causa à declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.8. Os atestados de capacidade técnica-profissional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.7. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas por documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

Processo nº 10/2025
Folha nº 31
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

9.8. Para a assinatura do contrato, os documentos das empresas estrangeiras deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados.

9.9. Se o fornecedor for a matriz, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz; se for a filial, em nome da filial. Exceções se aplicam a documentos que, por sua natureza, sejam emitidos exclusivamente em nome da matriz, bem como a atestados de capacidade técnica.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ distintos entre matriz e filial quanto a documentos como CND e CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento.

X. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, considerado como o valor máximo aceitável, é de R$ 14.422,93 (catorze mil quatrocentos e vinte dois reais e noventa e três centavos), conforme os custos unitários constantes da Planilha Orçamentária que integra o Projeto Básico, elaborada com base em composições próprias da obra, aliadas aos referenciais oficiais utilizados pelo setor público.

Processo nº 10/2025
Folha nº 32
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

XI. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, sob a seguinte dotação orçamentária:

01.031.0001.30014.4.90.51.00 20 obras e Instalações ficha 1500 recurso próprio

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada oportunamente, após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ao contrato.

XII. JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

12.1. Conforme estabelecido pelo Art. 14, I, da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022, a elaboração do ETP é facultada nas hipóteses de contratações diretas, incluindo aquelas previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1. No presente caso, como se trata de uma contratação de pequeno vulto e de baixa complexidade técnica, a exigência do ETP poderia representar uma sobrecarga

desproporcional ao procedimento, sem agregar valor relevante à análise de viabilidade e economicidade.

12.1.2. Considerando a baixa complexidade do objeto contratado e o valor reduzido da contratação, conforme as normas aplicáveis, conclui-se pela dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022.

XIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que o contratado observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da contratação, contida nas legislações correlatas;

13.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.3. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre o contratado e o município, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular;

13.4. As partes contratantes elegem o foro da Contratante como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

13.5. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

13.6. O Projeto Básico de Engenharia que integra este documento foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Orientação Técnica OT – IBR 001/2006, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, assegurando a existência de todos os elementos técnicos necessários para a adequada definição do objeto e a viabilidade da contratação, nos termos da legislação vigente. Dessa forma, o projeto básico apresenta informações suficientes para a precisa caracterização da obra, as quais possibilitam a licitação e a execução contratual de forma segura e eficiente.

Processo nº 10/2025
Folha nº 33
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Capelinha/MG, 03 de setembro de 2025.

_____

Responsável Técnico (CREA/CAU)

_____

Presidente Câmara Municipal de Capelinha/MG

Processo nº 101/2025
Folha nº 37
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

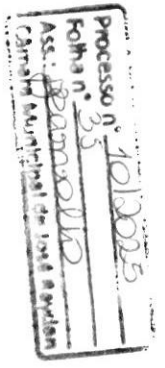
Cronograma Físico-Financeiro

OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL LOCAL: JOSÉ RAYDAN MG

Etapa		Serviços	Unid.	Preço Unit. R$	Mês			Total
					1	2	3	
1		SERVIÇOS PREMINILARES	%	688,44	100.00%			
			R$		688,44			**688,44**
2		PRÉDIO ANEXO	%	12.293,21	100.00%			
			R$		12.293,21			**12.293,21**
3		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	%	2.984,42		100.00%		
			R$			2.984,42		**2.984,42**
4		PINTURA INTERNA	%	4.577,37			100.00%	
			R$				4.577,37	**4.577,37**
Relatório Final					51.14%	20.69%	28.17%	**100.00%**
				TOTAL R$ 20.543,44	**12.981,65**	**2.984,42**	**4.577,37**	**20.543,44**

DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSE RAYDAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

COMPOSIÇÃO DO BDI

CONVENENTE:	CÂMARA MUNICIPAL			DATA:	03/09/2025
OBRA:	REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL				
LOCAL:	JOSÉ RAYDAN MG	FORMA DE EXECUÇÃO:		INDIRETA	
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA:	MG/ JULHO	ALÍQUOTA ISS (2% a 5%):		5%	
		BASE DE CÁLCULO PARA O ISS(%):		100%	
PRAZO DE EXECUÇÃO:	3 MESES	FÓRMULA DO BDI		$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$	
ORÇAMENTO DESONERADO?	Com desoneração	BDI ADOTADO		30.63%	

COMPOSIÇÃO DO BDI

TIPO DE OBRA/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA (%) Acordão 2622/2013-TCU-Plenário			ADOTADO (%)
		1º Quartil	Médio	3º Quartil	
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	Administração Central (AC)	3,00%	3,00%	5,50%	3,63%
	Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
	Risco (R)	0,97%	0,97%	1,27%	0,97%
	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	0,59%	1,39%	1,23%
	Lucro (L)	6,16%	6,16%	8,96%	7,16%
	Impostos (I)**	Conforme Legislação Especifica			18,15%
	COFINS				5,00%
	PIS				0,65%
	ISS (de acordo com a base de cálculo informada acima)				8,00%
	CPRB	4,5%	4,5%	4,5%	4,58%
	TOTAL (%)	20,34%	22,12%	25,00%	30,63%

Declaramos para os devidos fins que a base de cálculo do ISS adotada de 100% para a obra , com a respectiva alíquota de 5% do ISS, está de acordo com a legislação tributária municipal Lei nº 36/2014.

Danilo Silva Faúla
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MG 242251/D

Processo nº 10/2025
Folha nº 36
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

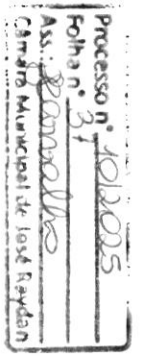
Cronograma Físico-Financeiro

OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL LOCAL: JOSÉ RAYDAN MG

Etapa		Serviços	Unid.	Preço Unit. R$	Mês			Total
					1	2	3	
1		SERVIÇOS PREMINILARES	%	688,44	100.00%			
			R$		688,44			**688,44**
2		PRÉDIO ANEXO	%	12.293,21	100.00%			
			R$		12.293,21			**12.293,21**
3		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	%	2.984,42		100.00%		
			R$			2.984,42		**2.984,42**
4		PINTURA INTERNA	%	4.577,37			100.00%	
			R$				4.577,37	**4.577,37**
Relatório Final					51.14%	20.69%	28.17%	**100.00%**
TOTAL R$ 20.543,44					**12.981,65**	**2.984,42**	**4.577,37**	**20.543,44**

DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSE RAYDAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025



Processo nº 10/2025
Folha nº 38
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MEMORIAL DESCRITIVO

Processo nº 10/2025
Folha nº 39
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

LOCAL: AVENIDA PADRE LUIZ BARROSO Nº 33

TERRENO: 360,00M²

JOSÉ RAYDAN – MG, 21 de MAIO de 2025

Processo nº 10025
Folha nº 40
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA CÂMARA MUNICIPAL

01. SERVIÇOS PRELIMINARES

A) A obra será executada de acordo com os projetos construtivos aprovados pela prefeitura.

B) A obra receberá uma placa de aço galvanizado, fixada em estrutura de madeira e fixada na parte frontal do estabelecimento de mandeira que não atrapalhe o fluxo de movimentação natural do estabelecimento e da obra. Esta placa deverá informar o nome do estabelecimento; o orgão financiador da obra; o valor; o prazo estimado para o término da obra.

02. PREDIO ANEXO.

A) Em todas as imendas de calhas deverão ser aplicado o veda calha com o objetivo de eliminar totalmente possíveis vazamentos.

B) A calha aplicada nesta cobertura deverá ter saidas suficientes para garantir a drenagem imediata eliminando o risco de transbordar.

C) Rufos serão em chapa de aço galvanizado nº24 com 20 cm de largura cada folha.

D) As bordas da chapa do rufo deverão ser inseridas na alvenaria, proporcionando acabemento perfeito.

E) O chapisco será em argamasa composto por cimento e areia.

F) O embolso será executado com o traço (1.3.1) em argamassa com cimento, areia e cal.

G) As portas de prancheta devem ser intaslada com 3 dobradiça e incluso

fechadura.

H) O Revestiemento Porcelanato deve ser primeira linha e seguir as normas da ABNT.

Processo nº 10/2025
Folha nº 41
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

03. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A) Serão instalados quadros de distribuição. Alimentação do quadro de distribuição. obedecendo rigorosamente o projeto elétrico embazado na norma 5410 e as normas da consecionaria a cidade ENERGISA.

B) Os eletroudos de distribuição são de diâmetro mínimo de ½" e será embutidos na alvenaria. Os condutores serão dimensionados conforme sua carga e com bitola mínima de 15cm do tipo anti-chamas da Pirelli ou similar.

C) As luminárias todas serão de tipo L E D .

04. PINTURA

. A pintura será de primeira linha utilizando as tintas das marcas, suvinil, Coral ou similar.executada no melhor nível de qualidade e cuidado, oferecendo acabamento perfeito,acabamento semi- brilho.

. A pintura sobre as paredes obedecerá o seguinte:

A- Lixamento para retirar todos os caroços e rebarbas que haver

B- Pintura com tinta acrílico semi- brilho lavável.

. Pintura em piso (calçamento):

-Pintura com tinta acrílica, com duas demãos.

05. LIMPEZA

A limpeza final da obra,deverá constar de:

A) Limpeza do piso em cerâmica.

B) Limpeza das louças e metais.

C) Retirada de entulhos.

AUTOR DO PROJETO E RESPONSÁVEL TÉCNICO
DANILO SILVA FAULA
Engenheira Civil
CREA:Nº 242251/D

Processo nº 10/2025
Folha nº 42
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

José Radan - MG, 03 Setembro de 2025

Obra
Reforma da sede da Câmara Municipal de José Raydan

Bancos
SINAPI - 09/2024 - Minas Gerais

B.D.I.
Padrão - 30,63%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1		**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**688,44**
1.1	ED-16670 SETOP	PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA ENRIJECIDA, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, FIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, EXCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO PADRÃO GOVERNO DE MINAS GERAIS (FORNECIMENTO/FABRICAÇÃO)	m²	2	263,61	344,22	688,44
2		**PRÉDIO ANEXO**					**12.293,21**
2.1	ED-50727 SETOP	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO	m²	60	8,70	11,33	396,55
2.2	SUDECAP	CHAPEU DE MURO PADRAO SUCECAP	M	13	25,31	33,05	679,80
2.3	103325 SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL	m²	25	75,69	98,87	2.471,75
2.4	90822 SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	2	331,35	432,84	865,68
2.5	ED-50732 SETOP	EMBOÇO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO	m²	60	31,04	40,46	2.427,60
2.6	ED-50683 SETOP	RUFO E CONTRARRUFO EM CHAPA GALVANIZADA, ESP. 0,5MM (GSG 26), COM DESENVOLVIMENTO DE 20CM, INCLUSIVE IÇAMENTO MANUAL VERTICAL	m	61	32,70	42,69	2.604,09
2.7	Próprio	REVESTIMENTO PORCELANATO, INCLUINDO ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA AC III	m²	10	150,00	195,95	1.959,50
2.8	Próprio	TANQUE MARMORE 1.40 METROS, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE SUPORTE E VALVULAS E SIFRÃO	UN	1	680,00	888,24	888,24
3		**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**					**2.984,42**

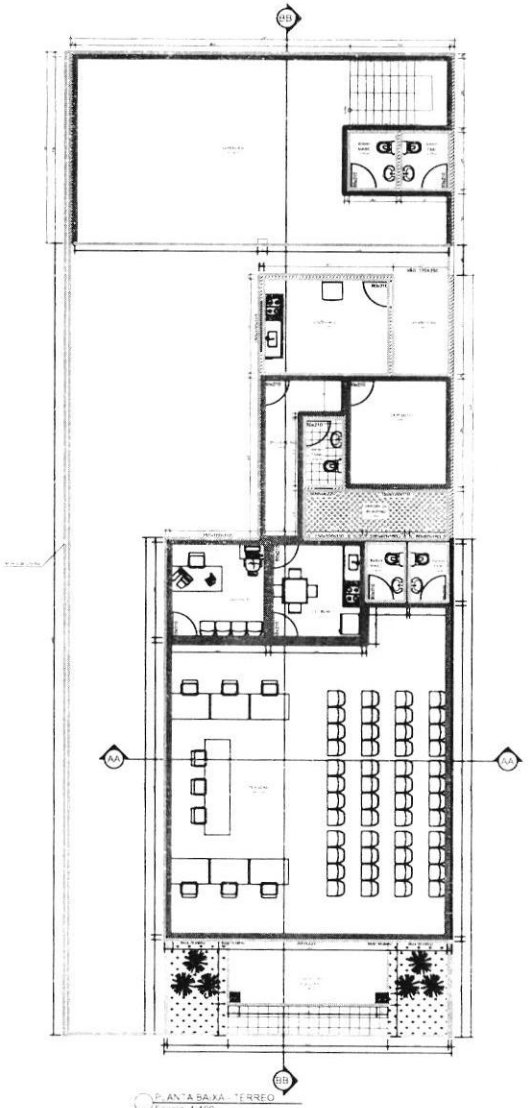
Processo nº 40/2025
Folha nº 43
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

3.1	91925 SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	52	3,37	4,40	228,80
3.2	49405 SINAPI	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA BLINDADA COMPLETA, PARA UMA (1) LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSIVE BASE E LÂMPADA.	um	4	109,66	143,25	573,00
3.3	ED-50227 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UM (1) INTERRUPTOR SIMPLES (10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, ANTI-CHAMA, DN 25MM (3/4"), EMBUTIDO NA ALVENARIA E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 1, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA	un	1	222,08	290,10	290,10
3.4	ED-17905 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UMA (1) TOMADA PADRÃO, TRÊS (3) POLOS (2P+T/10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DN 20MM (3/4"), EMBUTIDO NO PISO E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 2, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA.	un	4	362,19	473,13	1.892,52
4		**PINTURA INTERNA PREDIO ANEXO**					**4.577,37**
4.1	102193 SINAPI	PINTURA COM VERNIZ IMPREGNANTE EM SUPERFÍCIE DE MADEIRA, DUAS DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M²	90	19,51	25,49	2,294,10
4.2	ED-50451 SETOP	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDE, DUAS (2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)	m²	111	15,76	20,57	2.283,27
				Total C/BDI BDI			**20.543,44**

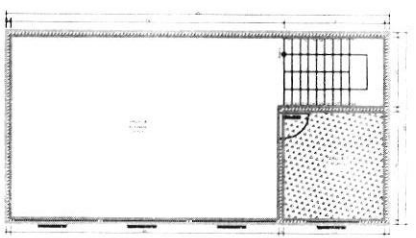
DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSÉ RADAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025

Processo nº 101/2025
Folha nº 44
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan



PLANTA BAIXA - TÉRREO
Escala: 1:100



PLANTA BAIXA - 1º ANDAR
Escala: 1:100

LEGENDA

- PAREDES INTERNAS + TETO: Pintura Látex Acrílica, cor branco, 2 demãos.
- TETO: Pintura Látex Acrílica, cor branco, 2 demãos.
- PAREDES EXTERNAS: Lixamento nas parede na altura de 0,80m + selador acrílico. Pintura Látex Acrílica, cor amarela, 2 demãos.
- PAREDES INTERNAS 2º ANDAR: Pintura Látex Acrílica, cor branco, 2 demãos.
- GRADES/PORTÕES: Pintura em tinta esmalte sintético, cor marrom, 2 demãos.
- Local onde será executado o JARDIM DE INVERNO.
- Execução de forro PVC.

Processo nº 1012025
Folha nº 45
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DANILO SILVA FAÚLA ENGENHARIA

Rua Dona Zina, Nº 35, Centro, CEP: 39775000, Jose Raydan - MG

PROJETO DE REFORMA - CÂMARA MUNICIPAL DE JOSE RAYDAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONTATO
Danilo Silva Faúla Engenheiro Civil CREA 2422516/D - MG	FONE: (33) 98811-0046 e-mail: danilo.faula@yahoo.com
PROPRIETÁRIO	CONTATO
Câmara Municipal de José Raydan CNPJ: 16.033.151/0001-33	FONE: (33) 3431-1075 e-mail: camara@joseraydan.mg.gov.br

ENDEREÇO:
Avenida Padre Luiz Barroso, Nº 33, Serafim Peixoto, CEP: 39775-000.
Município/UF: Jose Raydan - MG

PROJETO

DETALHE: Planta de situação, planta de cobertura, cortes, fachada e detalhes executivos.	ESCALA: INDICADA
USO: Público	ÁREA: QUADRO
TÍTULO: Projeto de reforma da sede da Câmara Municipal.	FOLHA: 01 / 03

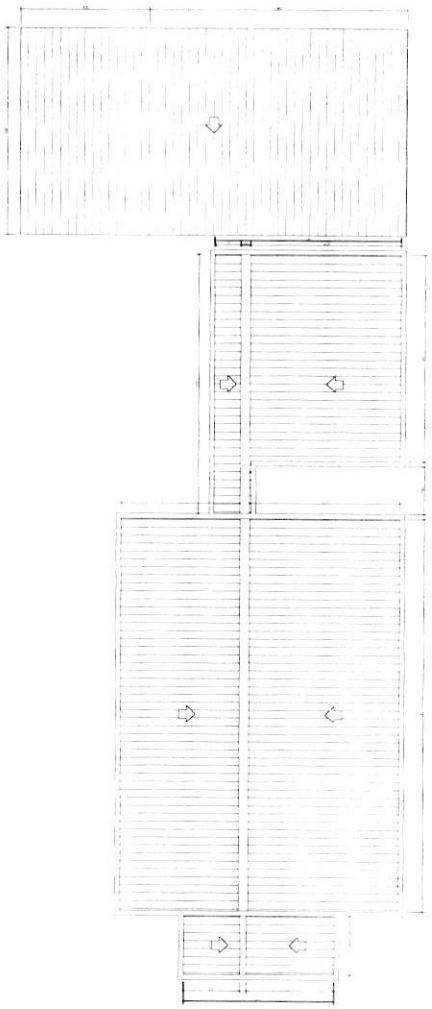
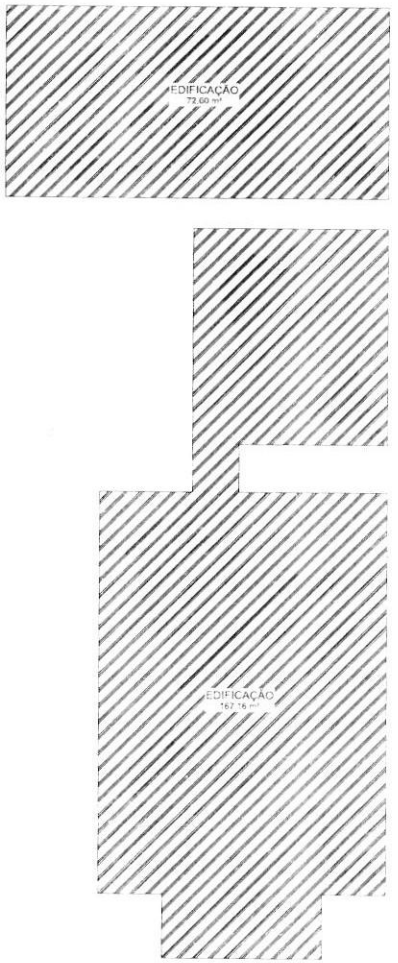


DIAGRAMA DE COBERTURA
Escala 1:100



PLANTA DE SITUAÇÃO
Escala 1:100

LEGENDA

Remoção de telha fibrocimento e engradamento do telhado.
Execução de telhado metálico e engradamento metálico.

Telhado Colonial

QUADRO DE ÁREAS		
EDIFICAÇÃO:		
TERREO	———	239,76 m²
1° ANDAR	———	72,60 m²
ÁREA CONSTRUÍDA	———	312,36 m²

Processo nº 10/2025
Folha nº 46
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

DANILO SILVA FAULA ENGENHARIA

Rua Dona Zina, Nº 35, Centro, CEP: 39775000, Jose Raydan - MG

PROJETO DE REFORMA - CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONTATO
Danilo Silva Faula Engenheiro Civil CREA 2AG2150-MG	FONE: (33) 99877-0588 e-mail: danilofaula@gmail.com
PROPRIETÁRIO	CONTATO
Câmara Municipal de José Raydan CNPJ: 15.333.153/0001-13	FONE: (33) 3431-9052 e-mail: camararaydan@yahoo.com.br

ENDEREÇO:
Avenida Padre Luiz Barroso, Nº 33, Serafim Peixoto, CEP: 39775-000, Município/UF: Jose Raydan - MG

PROJETO

DETALHE: Planta de situação, planta de cobertura, cortes, fachada e detalhes executivos	ESCALA:	INDICADA
USO: Público	ÁREA:	QUADRO
TÍTULO: Projeto de reforma da sede da Câmara Municipal	PÁGINA:	02/03

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 10/2025
Folha nº 47
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DECLARAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Em atendimento aos termos da solicitação de recursos financeiros expedida pelo presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, declaro, sob as penas da legislação aplicável, que dispõe ou tem capacidade de obter recursos financeiros suficientes para cumprir as obrigações de aporte de recursos próprio e de terceiros necessários à consecução do objeto do Contrato, assim como detém capacidade de contratar todos o serviço necessário para garantir uma efetiva prestação de serviços conforme solicitado nos trâmites legais como **OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS**, respectivamente baseado na Lei de Responsabilidade Fiscal nº. 101/2000, DECLARO que a Câmara Municipal de José Raydan/MG.

José Raydan 03 de setembro de 2025

Pamela de Jesus Carvalho
Tesoureiro da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 10/2025
Folha nº 48
Ass.: Câmara Municipal de José Raydan

DESPACHO

Data: 03 de setembro de 2025.

Para: Procurador da Câmara Municipal de José Raydan/MG;

Assunto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.**

Encaminho a Minuta de Aviso de Dispensa Licitação para apresentação de propostas, em estrita observância à previsão legal disposta no art.75, Inciso II da Lei Federal N° 14.133/2021, para que seja emitido parecer jurídico quanto à sua legalidade, bem como de todos os procedimentos realizados até o presente momento.

Desde já agradecemos pela análise criteriosa e orientações que possam ser fornecidas para assegurar a conformidade legal do processo.

Atencicsamente;

Pâmela de Jesus Carvalho
Agente de contratação

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Data: 03 de setembro de 2025.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN;

Assunto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.

Ao 30º dia do mês de junho de 2025, na Câmara Municipal de José Raydan/MG, eu, Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação legalmente designado pela Portaria nº 07/2025, AUTUO na presente data os documentos de contratação que adiante seguem. E para constar, firmo esta autuação.

Procedimento de Contratação direta;
Processo Administrativo Nº 010/2025
Dispensa de Licitação Nº 09/2025

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Indicação da dotação orçamentária: 001. Câmara Municipal
01.031.0001.2001 Manutenção Atividades Câmara Municipal
3.3.90.36.00 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000.00
3.3.90.35.00 8 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica ficha 10 fonte 1500

As despesas correrão por conta das dotações previstas para o exercício de 2025, ocorrendo adequação orçamentária e financeira com o orçamento aprovado para o órgão, conforme estimativa de impacto orçamentário-financeiro, emitida pela área competente, devidamente autorizada pelo Presidente desta Câmara Municipal.

Atenciosamente;

Pâmela de Jesus Carvalho
Pâmela de Jesus Carvalho
Agente de Contratação

Processo nº 10/2025
Folha nº 49
Ass.: Carvalho
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 50
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

PORTARIA Nº 07, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para o exercício da função pública de pregoeiro e agente de contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

"Nomeia agentes de contratação, pregoeiros, designa comissão de contratação, equipe de apoio e fiscal de contratos no âmbito da administração da Câmara Municipal de José Raydan/MG e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, Sr. Heuller Mariano Gonçalves, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no art. 8º e 117 da Lei nº. 14.133/2021, bem como, no artigo 62, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 25, inciso V, artigo 29 ambos no Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada para o exercício simultâneo das funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO(A), a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG nº MG-19.914.255, inscrita no CPF nº 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira.

§ 1º. A coordenação e de distribuição dos trabalhos entre os designados, inclusive substituições ou atuações recíprocas, ocorrerá mediante ajuste entre os

mesmos, de maneira a preservar a equidade e a competência dos demais agentes de contratação indicados nos arts. 2° e 3° desta Portaria.

Art. 2°. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG n° MG-19.914.255, inscrita no CPF n° 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira, cuja atuação estará restrita aos procedimentos de *pequenas compras ou demandas de prestação de serviços de pronto atendimento, com entrega imediata, integral e em relação às quais não resultem obrigações futuras*, cujo valor não supere o estabelecido no art. 95, § 2°, da Lei n.° 14.133/2021.

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o(s) servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG n° MG11731445, inscrito no CPF n° 058.580.346-32.

Art. 3°. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG n° MG-19.914.255, inscrita no CPF n° 114.675.816-23, cuja atuação estará restrita às *contratações de serviços de manutenção de veículos e/ou fornecimento de peças respectivas quando destinadas à automotores de propriedade do órgão contratante.*

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG n° MG11731445, inscrito no CPF n° 058.580.346-32.

Art. 4°. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO formada por três membros designados nos termos do § 2° do art. 8° da Lei n° 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais fica assim composta:

I – Presidente Sandra Pereira Rabelo, detentor(a) do cargo / função de auxiliar de serviços gerais;

Processo n° 10/2025
Folha n° 51
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

II - Vice-Presidente: Istepson Rufino Gonçalves, Detentor(a) do cargo / função Motorista;

§ 1º. O vice-presidente substituirá o presidente, assim como o membro substituirá o vice-presidente nas respectivas faltas ou impedimentos, circunstância que demandará a atuação do suplente.

§ 2º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da comissão de contratação o(a) servidor(a) ADEILSON VIEGAS DE OLIVEIRA

Art. 5º. A EQUIPE DE APOIO destinada auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições, formada por três membros, fica assim composta:

I Sandra Pereira Rabelo.

II – Juracy de Oliveira.

§ 1º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da equipe de apoio o(a) servidor(a) Istepson Rufino Gonçalves.

Art. 6º. A função de FISCAL DOS CONTRATOS celebrados pela Câmara Municipal de José Raydan/MG será exercida pelo(a) servidor(a) Heuller Mariano Gonçalves detentor(a) do cargo / função de Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, ressalvada a possibilidade de designação diversa, própria e específica a ser consignada no procedimento de contratação.

Art. 7º. A GESTÃO DOS CONTRATOS será desenvolvida pelo Coordenador Executivo da Câmara Municipal de José Raydan/MG, a, responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico.

Processo nº 10/2025
Folha nº 52
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 8º. A atuação dos agentes designados por esta Portaria e respectivas competências observará o disposto em ato administrativo específico, bem como, o previsto na Lei nº. 14.133/2021.

Processo nº 10/2025
Folha nº 55
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Art. 9º. Será admitida a contratação de serviço de assessoria e consultoria por empresa ou profissional especializado visando subsidiar a atuação dos agentes designados por esta Portaria e dos próprios órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno do ente contratante.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de José Raydan/MG, 02 de janeiro de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves
RG: MG17044059
CPF: 104.860.316-40
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG
Biênio 2025/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 54
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PORTARIA Nº 07, DE 03 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de servidor para o exercício da função pública de pregoeiro e agente de contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

"Nomeia agentes de contratação, pregoeiros, designa comissão de contratação, equipe de apoio e fiscal de contratos no âmbito da administração da Câmara Municipal de José Raydan/MG e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, Sr. Heuller Mariano Gonçalves, no uso das atribuições e tendo em vista o disposto no art. 8º e 117 da Lei nº. 14.133/2021, bem como, no artigo 62, inciso XII, da Lei Orgânica Municipal e nos artigos 25, inciso V, artigo 29 ambos no Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica designada para o exercício simultâneo das funções de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e PREGOEIRO(A), a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG nº MG-19.914.255, inscrita no CPF nº 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira.

§ 1º. A coordenação e de distribuição dos trabalhos entre os designados, inclusive substituições ou atuações recíprocas, ocorrerá mediante ajuste entre os

mesmos, de maneira a preservar a equidade e a competência dos demais agentes de contratação indicados nos arts. 2º e 3º desta Portaria.

Art. 2º. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG nº MG-19.914.255, inscrita no CPF nº 114.675.816-23, detentora do cargo / função de Tesoureira, cuja atuação estará restrita aos procedimentos de *pequenas compras ou demandas de prestação de serviços de pronto atendimento, com entrega imediata, integral e em relação às quais não resultem obrigações futuras*, cujo valor não supere o estabelecido no art. 95, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o(s) servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG nº MG11731445, inscrito no CPF nº 058.580.346-32.

Art. 3º. Fica designado(a) para o exercício da função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO a servidora PÂMELA DE JESUS CARVALHO, e-mail: pameladjcarvalho20@gmail.com, portadora do RG nº MG-19.914.255, inscrita no CPF nº 114.675.816-23, cuja atuação estará restrita às *contratações de serviços de manutenção de veículos e/ou fornecimento de peças respectivas quando destinadas à automotores de propriedade do órgão contratante.*

Parágrafo único. Atuará como suplente ou substituto do(a) agente de contratação designado no caput o servidor ISTEPSON RUFINO GONÇALVES, portador do RG nº MG11731445, inscrito no CPF nº 058.580.346-32.

Art. 4º. A COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO formada por três membros designados nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais fica assim composta:

I – Presidente Sandra Pereira Rabelo, detentor(a) do cargo / função de auxiliar de serviços gerais;

Processo nº 10/2025
Folha nº 55
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

II - Vice-Presidente: Istepson Rufino Gonçalves, Detentor(a) do cargo / função Motorista;

§ 1º. O vice-presidente substituirá o presidente, assim como o membro substituirá o vice-presidente nas respectivas faltas ou impedimentos, circunstância que demandará a atuação do suplente.

§ 2º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da comissão de contratação o(a) servidor(a) ADEILSON VIEGAS DE OLIVEIRA

Art. 5º. A EQUIPE DE APOIO destinada auxiliar o agente de contratação, o pregoeiro ou a comissão de contratação no exercício de suas atribuições, formada por três membros, fica assim composta:

I Sandra Pereira Rabelo.

II – Juracy de Oliveira.

§ 1º. Atuará como suplente ou substituto do(a) membro da equipe de apoio o(a) servidor(a) Istepson Rufino Gonçalves.

Art. 6º. A função de FISCAL DOS CONTRATOS celebrados pela Câmara Municipal de José Raydan/MG será exercida pelo(a) servidor(a) Heuller Mariano Gonçalves detentor(a) do cargo / função de Presidente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, ressalvada a possibilidade de designação diversa, própria e específica a ser consignada no procedimento de contratação.

Art. 7º. A GESTÃO DOS CONTRATOS será desenvolvida pelo Coordenador Executivo da Câmara Municipal de José Raydan/MG, a, responsável pela demanda de contratação e/ou adstrito a unidade gestora do contrato, admitida a delegação conforme estabelecer ato próprio e específico.

Processo nº 10/2025
Folha nº 56
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

ART. 75, I DA LEI.FEDERAL 14.133/2021

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

A CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN/MG, Inscrita no CNPJ Nº 07.332.390/0001-46, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG - **39775-000**, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos Artigo nº 75, inciso I, da Lei 14.133/2021, e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: DIA **15/09/2025**, ÀS 09:00 HORAS via e-mail. camarajraydan@yahoo.com.br

ABERTURA DO CERTAME PARA VERIFICAÇÃO DA(S) PROPOSTA(S) E HABILITAÇÃO: DIA **15/09/2025 as 10:00 horas.**

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:

ENDEREÇO ELETRÔNICO camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 57
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

LINK PARA BAIXAR EDITAL:

https://www.camarajoseraydan.mg.gov.br/licitacoes

I - DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE

REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

Processo nº 10/2025
Folha nº 58
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

II - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Os valores decorrentes da execução do objeto deste Edital de Dispensa de Licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Câmara Municipal de José Raydan/MG, para exercício de 2025, vigente:

Dotação 01 Câmara Municipal 01.031.0001.3001 Const., Ref. Ampl. Sede Câmara Municipal 3.3.90.39.00 Ficha 19 Fonte 1500

III - DA ABERTURA:

3.1. A presente Dispensa receberá a proposta e habilitação até na data do dia 15/09/2025 site, e os respectivos documentos deverão ser encaminhados ao e-mail: camarajraydan@yahoo.com.br ou mediante protocolo no setor de licitação, preferencialmente fazendo referência a esta DISPENSA.

3.2. Limite para Apresentação da Proposta de Preços: **15/09/2025** às **09h00min**

3.4. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio eletrônico ou por protocolo, no setor de licitações, a proposta com a descrição do objeto ofertado, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento, devendo, ainda, **apresentar declarações com as seguintes informações:**

a) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
b) o enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, quando couber;
c) o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento;
d) o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, se couber;

e) e o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021 (Não emprega menor).

IV - APRESENTAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS:

4.1. A Proposta de preço deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Aviso de Contratação.

4.2. As propostas de preço que não estiverem em consonância com as exigências deste Edital serão desconsideradas julgando-se pela desclassificação.

V - HABILITAÇÃO:

Os documentos necessários à habilitação poderão ser enviados juntamente com a apresentação da proposta ou deverão ser enviados após solicitado pelo Setor Legislativo que comunicará a empresa vencedora, ou seja, de melhor proposta, para apresentar, via e-mail ou protocolado no setor de licitação, em até 03 (três) dias após considerada vencedora:

5.1. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PARA PESSOA JURÍDICA:

Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou MEI, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou registro comercial, no caso de empresa individual.

Cédula de Identidade de todos os sócios proprietários.

Processo nº 10/2025
Folha nº 59
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou prova equivalente que comprove, inequivocamente, a regularidade da situação.

b) Certidão de regularidade para com a fazenda estadual e municipal do domicílio da empresa licitante.

c) Certidão conjunta de regularidade da receita federal e tributos federais e

Processo nº 10/2025
Folha nº 60
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

dívida ativa da União e INSS.

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

Certidão negativa de falência ou concordata com sua expedição nunca superior a três meses da abertura deste processo, referente à comarca de domicílio da empresa licitante.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Registro ou inscrição da empresa e do profissional que acompanhará os serviços na entidade profissional competente, Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA/ Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade.

VI - DO PAGAMENTO ACRÉSCIMOS E SUCESSÕES:

6.1. O pagamento decorrente da concretização do objeto deste Termo será efetuado pelo Município, por processo legal, após a liquidação da despesa, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos em até 30 (Trinta) dias, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

6.2.1. O prazo de validade;

6.2.2. A data da emissão;

6.2.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

6.2.4. O período respectivo de execução do contrato;

6.2.5. O valor a pagar; e

6.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

6.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line sítios

eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

6.5. O pagamento será efetuado através de boleto bancário, transferência bancária, depósito em conta corrente ou ainda através de pix.

6.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.8. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

6.9. Os preços são fixos e irreajustáveis, salvo os casos permitidos na Lei 14.133/2021.

Processo nº 10/2025
Folha nº 61
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VII - DA VIGÊNCIA DE PRAZO:

7.1. A vigência do contrato será de até 05(cinco) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

A fiscalização será realizada pela Secretaria Legislativa da Câmara Municipal de José Raydan/MG, através de servidor indicado.

IX - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As sanções são as contantes do Termo de Referência.

X - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

10.1. Este Aviso de Contratação deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após apresentação da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após envio ou entrega.

10.2. O objeto da presente dispensa de licitação poderá sofrer acréscimos ou supressões, conforme previstos nos artigos 124 e 125 da Lei nº 14133/2021.

10.3. É vedado ao licitante vencedor subcontratar total ou parcialmente o

fornecimento dos produtos e/ou execução dos serviços objetos deste certame.

10.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento, só se iniciando e vencendo os prazos em dias de expediente da Câmara Municipal de José Raydan/MG, Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça o cumprimento dos prazos na data marcada, o prazo será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação da Agente de Contratações em sentido contrário.

10.5. Quaisquer informações complementares que visem obter maiores esclarecimentos sobre a presente licitação serão prestadas pela Agente de Contratações, no horário das 08h00min às 11h00min, das 12:00h às 16:00h de segunda-feira a sexta-feira, em dias úteis, ou pelo e-mail camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 62
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

XI - DA VINCULAÇÃO DOS ANEXOS:

11.1. O presente instrumento vincula todos os termos do Processo Administrativo nº 07/2025 – Dispensa de Licitação nº 006/2025.

Constituem anexos do presente edital:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA;

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

ANEXO VI – PROJETO BÁSICO

Josè Raydan/MG, 08 de setembro de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

Processo nº 10/2025
Folha nº 63
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 010/2025

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2025

I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto da Contratação

1.1.1. **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS**, conforme Projeto Básico anexo a este Termo de Referência.

1.2. Resumo do Objeto

1.2.1. Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e nos documentos técnicos anexos:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.**	Unidade	1	R$ 20.543,44

1.3. Classificação do Objeto quanto à Heterogeneidade, Complexidade e Fundamentação Técnica

1.3.1. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como obra comum de engenharia, conforme definição do art. 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, e entendimento consolidado pela Nota Técnica IBR 001/2021, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (Ibraop).

1.3.2. Trata-se de obra padronizável e de baixa complexidade técnica, cujas soluções construtivas são amplamente consolidadas e passíveis de especificação por meio de projeto básico suficiente, não envolvendo soluções inovadoras, personalizadas ou de caráter excepcional.

1.3.3. A intervenção será executada com técnicas usuais no setor da construção civil, plenamente

compatíveis com a preservação do bem tombado, garantindo objetividade na definição dos requisitos, previsibilidade de resultados e segurança jurídica à Administração Pública.

1.4. Classificação do Objeto quanto ao Modelo de Execução

1.4.1. O serviço é enquadrado como contratado por escopo, a ser executado sob o regime de empreitada por preço unitário, nos termos do art. 6º, inciso XLIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.4.2. A contratada será remunerada com base nos quantitativos efetivamente executados, aferidos mediante medições realizadas pela fiscalização designada, conforme o Cronograma Físico-Financeiro e a Planilha Orçamentária integrantes deste Termo de Referência.

1.5. Prazo de Execução

1.5.1. O prazo de execução da obra será de 90 (noventa) dias, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço pela contratada, observando-se o cronograma estabelecido e as orientações de preservação do patrimônio cultural.

1.6. Vigência Contratual

1.6.1. O prazo de vigência da contratação será de até 180 (cento e oitenta) dias, contados da assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133/2021, sendo o contrato ou outro instrumento hábil que o substitua o responsável por detalhar as disposições aplicáveis quanto à vigência e à execução.

Processo nº 10/2025
Folha nº 64
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação da Contratação

2.1.1. A contratação de empresa para reformar o prédio da Câmara Municipal se faz necessária por várias razões fundamentais para garantir a eficiência, a segurança e a funcionalidade do espaço. A reforma garante que a estrutura do prédio esteja em conformidade com as normas de segurança, prevenindo acidentes que podem ocorrer devido a problemas como infiltrações, fissuras ou falhas elétricas, principalmente em prédios antigos que não recebem manutenção regular podem apresentar problemas estruturais. Contudo a reforma prolongar a vida útil do prédio, evitando custos maiores a longo prazo e um prédio bem conservado demonstra cuidado e responsabilidade com o patrimônio público.

2.1.2 A reforma visa garantir a segurança, funcionalidade, eficiência e conservação do patrimônio público, além de atender às necessidades imediatas de manutenção e atualização, proporcionando um ambiente de trabalho adequado e valorizado para os servidores e a comunidade. Portanto, será necessário a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para a reforma, bem como o fornecimento de todo o material necessário para a execução do serviço, por não dispormos de mão de obra qualificada e material adequado para tal, desta forma evitando desperdícios.

2.1.3. Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de

sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência/projeto básico e seus anexos.

2.1.4. Trata-se de serviço comum de engenharia, a ser contratado mediante processo, na modalidade dispensa.

2.1.5. Entendemos, portanto, que os serviços de engenharia para a reforma do prédio da Câmara, com fornecimento de mão de obra, peças, equipamentos, material demais insumos, objeto de contratação previsto neste instrumento, atende aos requisitos exigidos na Legislação em vigor, bem como atende às necessidades da Câmara Municipal.

2.1.6. A necessidade da contratação também se justifica sob a perspectiva dos princípios e diretrizes que regem a gestão pública patrimonial.

2.1.7. Assim, a intervenção proposta tem como objetivo principal:

a) Garantir a conservação preventiva e corretiva da edificação, assegurando sua estabilidade, segurança e funcionalidade;

b) Preservar e valorizar o patrimônio cultural municipal, promovendo o fortalecimento da identidade histórica e cultural da comunidade local;

c) Restabelecer as condições adequadas de uso e fruição do espaço pela população, garantindo o pleno atendimento das atividades legislativas desenvolvidas no local.

2.1.8. A realização da obra de reforma e conservação da Câmara Municipal é, portanto, imprescindível para garantir a preservação de um bem cultural do município. importância, corrigindo patologias construtivas que ameaçam sua integridade e funcionalidade, assegurando o cumprimento do interesse público e a concretização dos princípios constitucionais da eficiência, da legalidade, da função social da propriedade e da proteção ao patrimônio cultural.

2.2. Compatibilidade com o Planejamento Institucional

2.2.1. Em relação a está contratação, a mesma está prevista no Planejamento Orçamentário da Câmara Municipal para o ano de 2025 e constará no plano de ação do mesmo.

2.2.2. A presente contratação está inserida na programação orçamentária da Administração Pública Municipal, com a devida previsão de dotação orçamentária e financeira.

2.3. Justificativa Técnica da Solução Adotada

2.3.1. A solução proposta encontra-se minuciosamente descrita no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e nos demais documentos técnicos que integram o Projeto Básico, elaborados com observância às Normas Técnicas da ABNT.

2.3.3. Considerando a natureza do serviço a ser, optou-se pela execução da obra sob regime de empreitada por preço unitário, permitindo maior controle técnico, econômico e financeiro por parte da Administração Pública.

III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A solução proposta consiste na execução de serviços especializados de reforma e conservação

Processo nº 10/2025
Folha nº 65
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

da Câmara Municipal, conforme estabelecido no Projeto Básico, no Memorial Descritivo e nas demais peças técnicas integrantes do Projeto Básico. A execução da obra visa garantir a estabilidade, funcionalidade, segurança, da Câmara Municipal de José Raydan/MG.

3.2. O objeto da contratação compreende exclusivamente a execução de obra, abrangendo o fornecimento de todos os materiais, insumos, equipamentos e mão de obra necessários, bem como a adoção das medidas técnicas indispensáveis à preservação do bem cultural tombado. A execução deverá ocorrer conforme as normas técnicas da ABNT aplicáveis, as diretrizes do IEPHA/MG e as orientações internacionais de conservação e restauração.

Processo nº 10/2025
Folha nº 66
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

3.3. Descrição do Ciclo de Vida da Solução

3.3.1. **Mobilização e Preparação do Canteiro de Obras**

3.3.1.1. Instalação da placa de obra, com informações obrigatórias, conforme legislação vigente.

3.3.1.2. Delimitação e sinalização da área de intervenção, com medidas de proteção do, evitando danos acidentais.

3.3.1.3. Implementação de estruturas provisórias necessárias à segurança e à organização do canteiro, incluindo tapumes, acessos temporários e áreas de armazenamento de materiais, conforme NR-18 do Ministério do Trabalho.

3.3.2. **Remoções e Demolições Controladas:**

3.3.2.1. Remoção manual de elementos comprometidos ou deteriorados em estado de degradação e instalações elétricas inadequadas.

3.3.2. Destinação adequada dos resíduos sólidos, com segregação de materiais recicláveis, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e as

3.3.5. **Recebimento Provisório da Obra**

3.3.5.1. Conclusão das obras e realização do recebimento provisório, mediante emissão de Termo Circunstanciado, nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.5.2. Verificação formal da conformidade da obra com o Projeto Básico, o Cronograma Físico-Financeiro e as demais disposições contratuais, com a ciência formal da fiscalização e da contratada.

3.3.6. **Monitoramento e Operação**

3.3.6.1. Utilização e fruição do bem pela comunidade, com monitoramento das condições estruturais, funcionais e estéticas da edificação, garantindo a eficácia e a durabilidade das intervenções realizadas.

3.3.6.2. Adoção de práticas de manutenção preventiva e corretiva, conforme diretrizes de conservação patrimonial e boas práticas de gestão de ativos públicos.

3.3.7. **Recebimento Definitivo da Obra**

3.3.7.1. Decorrido o prazo de observação e não sendo constatada a existência de vícios ou falhas, será realizado o recebimento definitivo da obra, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo, conforme previsto no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.7.2. O recebimento definitivo não eximirá a contratada de sua responsabilidade objetiva por

eventuais vícios ocultos, falhas de projeto ou execução, conforme disposto no art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021, no art. 618 do Código Civil e no art. 24 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sendo garantido prazo irredutível de 5 (cinco) anos para a solidez, segurança e funcionalidade da obra.

3.4. Requisitos Técnicos, Funcionais, de Desempenho e de Qualidade da Solução

3.4.1. A execução da obra deverá observar rigorosamente os seguintes requisitos técnicos, funcionais, de desempenho e de qualidade, que são indispensáveis para assegurar a adequação da solução à necessidade pública:

.

3.4.1.2. Compatibilidade dos materiais empregados com os elementos originais da edificação, visando garantir a harmonia estética, a durabilidade e a integridade do prédio da Câmara Municipal.

Processo nº 10/2025
Folha nº 67
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

3.4.1.3. Atendimento integral às normas técnicas brasileiras, em especial:

- ABNT NBR 5410:2020, referente a instalações elétricas de baixa tensão;
- Normas específicas de segurança do trabalho, conforme Normas Regulamentadoras (NRs) do Ministério do Trabalho;
- Normas de conservação e restauro de bens culturais, reconhecidas nacional e internacionalmente.

3.4.1.4. Garantia de desempenho mínimo nos aspectos de estabilidade estrutural, resistência, funcionalidade, segurança e salubridade da edificação, conforme parâmetros aceitos no setor da construção civil e exigidos pela legislação e regulamentações aplicáveis.

3.4.1.5. Eficiência e qualidade da execução, assegurando que todas as intervenções sejam realizadas com precisão técnica e acabamento adequado, respeitando os critérios estéticos, históricos e funcionais do bem.

3.5. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

3.5.1. A execução da obra deverá adotar, de forma obrigatória, as seguintes práticas de sustentabilidade:

3.5.1.1. Gestão adequada de resíduos sólidos, com segregação, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente correta, priorizando a reciclagem e a reutilização, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.5.1.2. Adoção de medidas para a redução do consumo de recursos naturais, com uso racional de água e energia durante a execução dos serviços.

3.5.1.3. Sempre que tecnicamente viável, deverá ser priorizada a aquisição de materiais de origem local e regional, visando a redução dos impactos ambientais associados ao transporte e o estímulo ao desenvolvimento econômico local.

3.5.1.4. Implementação de ações para prevenção de poluição e controle de emissões, conforme

legislações ambientais pertinentes, mitigando eventuais impactos negativos decorrentes das atividades da obra.

3.5.1.5. Adoção de práticas que promovam a proteção e conservação do prédio da Câmara municipal, evitando quaisquer danos ou descaracterizações indevidas dos elementos não sujeitos à intervenção direta.

3.6. Adequação Técnica, Econômica e Jurídica da Solução

3.6.1. A solução técnica adotada foi definida com base em análise minuciosa dos elementos técnicos e mercadológicos disponíveis, contemplando as especificações necessárias para garantir a preservação do patrimônio, a segurança da edificação e a eficiência na execução da obra.

3.6.2. Do ponto de vista técnico, a solução contempla:

3.6.2.1. A utilização de materiais compatíveis com os existentes, observando aspectos como dimensão, composição, resistência e estética, conforme detalhado no Memorial Descritivo e no Projeto Básico.

3.6.2.2. A adoção de métodos de intervenção não destrutivos, que assegurem a integridade e a autenticidade do bem.

3.6.3. Do ponto de vista mercadológico, a contratação está lastreada em pesquisas de preços de mercado e na adoção de referenciais oficiais, notadamente:

3.6.3.1. Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI-MG, abril/2025), versão desonerada;

3.6.4. As condições contratuais previstas asseguram a adequação jurídica da solução, atendendo aos princípios e regras previstos na Lei nº 14.133/2021, com especial destaque para:

3.6.4.1. A adoção do regime de empreitada por preço unitário, conforme art. 6º, inciso XLIII, da referida lei, propiciando maior segurança na gestão e fiscalização da execução contratual.

3.6.4.2. A estipulação de garantia legal de adequação do serviço, conforme previsto no art. 24 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), no art. 618 do Código Civil e no art. 140, § 5º da Lei nº 14.133/2021, com prazo irredutível de 5 (cinco) anos para a solidez, segurança e funcionalidade da obra.

3.6.4.3. A definição de responsabilidades claras da contratada quanto à correção, reparo ou substituição, às suas expensas, de quaisquer vícios, defeitos ou falhas constatadas, mesmo após o recebimento definitivo.

3.7. Considera-se também o requisito de acessibilidade, garantindo que as intervenções realizadas não comprometam o acesso e a circulação de pessoas, bem como a integridade de eventuais dispositivos existentes, em conformidade com as normas técnicas aplicáveis e as políticas públicas de acessibilidade.

3.9. A contratada deverá ainda garantir a prestação de assistência técnica, suporte e manutenção corretiva, sempre que identificadas falhas, vícios ou defeitos no prazo legal de garantia, realizando, às

Processo nº 10/2025
Folha nº 68
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

suas expensas, todas as ações necessárias à reparação integral do objeto, assegurando a adequada conservação e funcionalidade do bem público.

Processo nº 10/2025
Folha nº 69
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A execução do objeto da contratação deverá observar rigorosamente todos os requisitos indispensáveis para garantir a adequação da solução à necessidade pública, a qualidade técnica, a preservação do patrimônio, bem como a segurança e a eficiência na realização dos serviços, em conformidade com as normas legais, regulamentares e técnicas aplicáveis.

4.2. Da Participação de Consórcios

4.2.1. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, tendo em vista a natureza do objeto contratado.

4.3. Subcontratação

4.3.1. A subcontratação será admitida apenas de forma parcial e exclusivamente para atividades secundárias, acessórias ou de apoio, vedando-se expressamente a delegação de atividades principais, essenciais ou que comprometam a responsabilidade técnica da contratada perante a Administração.

4.3.2. A possibilidade de subcontratação deverá ser expressamente indicada na proposta apresentada, e sua efetivação ficará condicionada à autorização prévia e expressa da Administração, mediante análise da regularidade jurídica, técnica e fiscal da empresa subcontratada.

4.3.3. A contratada permanecerá integralmente responsável pela boa execução do objeto contratado, respondendo por quaisquer falhas, atrasos ou inadimplementos decorrentes da atuação dos eventuais subcontratados, inclusive quanto a encargos trabalhistas, previdenciários, civis e comerciais, conforme estabelecido no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

4.4. Garantia da Contratação

4.4.1. Não será exigida a garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando a natureza da contratação e as condições de risco avaliadas no planejamento da contratação.

4.4.2. Ressalte-se, entretanto, que a contratada deverá observar integralmente as obrigações legais relativas à garantia da qualidade e segurança da obra, nos termos da legislação vigente, sem prejuízo das responsabilidades contratuais específicas.

4.5. Vistoria

4.5.1. A avaliaçãc prévia do local de execução dos serviços é considerada imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 17 horas.

4.5.2. Serão disponibilizados data e horário diferenciados aos interessados que desejarem realizar a vistoria prévia, mediante solicitação formal, assegurando o tratamento isonômico e o acesso pleno às

informações sobre as condições locais.

4.5.3. Para a realização da vistoria, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa, que comprove sua habilitação para a realização da vistoria.

4.5.4. A vistoria deverá ser agendada previamente, mediante solicitação encaminhada ao endereço eletrônico que será disponibilizado no edital de licitação, garantindo a organização e o acompanhamento formal do procedimento pela Administração.

4.5.5. O representante da empresa deverá comparecer munido de carta de apresentação emitida pela empresa interessada, firmada por seu representante legal, atestando sua autorização para fins de vistoria e reconhecendo expressamente a vinculação entre o conhecimento obtido no local e a proposta a ser apresentada.

4.5.6. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar declaração formal, assinada por seu responsável técnico, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do local e da contratação.

4.5.7. A não realização da vistoria, por opção do licitante, não poderá fundamentar, em hipótese alguma, posteriores alegações de desconhecimento das condições locais, das exigências técnicas ou das limitações físicas do terreno, cabendo exclusivamente ao contratado o ônus de quaisquer serviços decorrentes de sua decisão, sem que isso implique em ônus adicional para a Administração.

Processo nº 10/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

5.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

i) O início da execução do objeto deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Administração Pública.

i) A contratada deverá obedecer integralmente ao Cronograma Físico-Financeiro e ao Projeto Básico completo, observando rigorosamente as etapas, métodos, rotinas, tecnologias e procedimentos indicados nas peças técnicas que integram o Projeto Básico.

5.1.2. A contratada deverá, obrigatoriamente, implementar todas as medidas necessárias à preservação do estabelecimento, zelando pela segurança do imóvel, dos trabalhadores e da comunidade, bem como pela integridade dos que ali frequentam.

5.2. Local e Horário da Prestação dos Serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados na Câmara Municipal de José Raydan/MG.

5.2.2. A execução dos serviços ocorrerá no horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 17 horas, salvo eventual necessidade devidamente justificada e autorizada pela Administração.

5.3. Rotinas a Serem Cumpridas

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas e detalhamentos indicados no Projeto Arquitetônico

Básico e no Memorial Descritivo, respeitando o Cronograma Físico-Financeiro e os parâmetros técnicos definidos nas especificações técnicas da obra.

5.3.2 A contratada deverá manter a Administração informada sobre a evolução das etapas, mediante relatórios periódicos de execução, acompanhados de registros fotográficos.

5.4. Materiais a Serem Disponibilizados

5.4.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar, por sua conta, todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em conformidade com as quantidades estimadas e qualidades técnicas exigidas no Projeto Básico.

5.4.2. Todos os materiais utilizados deverão possuir qualidade comprovada, apresentar conformidade com as normas técnicas aplicáveis e, sempre que possível, ser adquiridos de fornecedores locais ou regionais, em consonância com as diretrizes de sustentabilidade e de fomento ao desenvolvimento econômico local.

5.4.3. É vedada a utilização de materiais que comprometam a integridade, segurança, estabilidade ou autenticidade da Câmara Municipal, devendo ser priorizados materiais e técnicas compatíveis com as características originais da edificação.

5.5. Especificação da Garantia do Serviço

5.5.1. O prazo de garantia contratual dos serviços será aquele previsto no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), sem prejuízo das disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Código Civil Brasileiro (art. 618).

5.5.2. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá a contratada da responsabilidade objetiva por quaisquer danos causados por falhas de projeto, execução ou emprego de materiais inadequados, bem como por problemas relacionados às condições do solo.

5.5.3. A contratada deverá garantir a solidez, segurança e funcionalidade da obra pelo prazo mínimo e irredutível de 5 (cinco) anos, responsabilizando-se integralmente por quaisquer vícios ou defeitos que comprometam a estabilidade da edificação, inclusive aqueles decorrentes de:

i) Má execução dos serviços;

ii) Emprego de materiais inadequados ou de qualidade inferior à especificada;

iii) Problemas relacionados às condições do solo ou a falhas técnicas na execução.

5.5.4. O recebimento definitivo da obra não exime a contratada dessa responsabilidade, a qual permanecerá vigente durante todo o período de garantia.

5.5.5. Constatado qualquer vício, defeito ou incorreção dentro do referido prazo, a contratada deverá proceder, às suas expensas, com todas as medidas necessárias à reparação, correção, reconstrução ou substituição dos elementos afetados, no prazo e condições estabelecidos pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais e legais cabíveis.

Processo nº 10/2025
Folha nº 71
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

6.5. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.6. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas,

Processo nº 4015/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.15. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa SEGES/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Processo nº 10/2025
Folha nº 73
Assinatura
Câmara Municipal de José Raydan

Gestor do Contrato

6.18. Cabe ao gestor do contrato:

i) Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;

j) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução contratual e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

i) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

k) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

l) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor com competência para tal, conforme o caso;

m) Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da

Administração;

n) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

o) Receber e dar encaminhamento imediato:

(1) às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

(2) à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

VII. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produziu os resultados acordados;

b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

a) Tratando-se de obra ou serviço de engenharia, ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada;

b) Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade;

c) O Contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

7.2. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto contratual, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Processo nº 10/2025
Folha nº 74
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

7.6. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal para medição, nos termos do art. 92, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

7.7. Ao final de cada período/evento de faturamento:

i) O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados, em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando as conclusões em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, havendo mais de um, com a entrega do último.

7.9. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.10. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em contrato.

7.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para fins de recebimento definitivo.

7.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço, e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

i) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;

ii) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

Processo nº 10/2025
Folha nº 75
Ass.:
Câmara Municipal

iii) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

iv) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

v) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, deverá ser observado o disposto no art. 143 da Lei nº 14.133/2021, devendo ser comunicada à empresa a necessidade de emissão de Nota Fiscal correspondente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite previsto no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

Processo nº 10/2025
Folha nº 36
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Processo nº 10/2025
Folha nº 77
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

Prazo de pagamento

7.22. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. No caso de atraso por parte do Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.24. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.25. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

a) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação

7.28. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do Contratado.

7.29. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

7.30. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

a) Entende-se como última repactuação a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela apostilada.

7.31. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à

execução dos serviços.

7.32. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

7.33. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

7.34. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei.

7.35. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa:

a) A repactuação deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

b) Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o instrumento vinculante da contratada seja diferente daquele utilizado pela Administração como parâmetro.

7.36. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base, adicionais e benefícios, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do acordo vinculante.

(1) Se não houver cláusula de reajuste percentual, a repactuação se dará pela apuração da diferença entre os valores antigos e os atuais;

(2) Deverão prevalecer os valores mais benéficos ao trabalhador.

a) A repactuação de custos não discriminados como mínimos relevantes terá como base o instrumento apresentado pela contratada na licitação.

7.37. Quando a repactuação se referir a custos de mercado, o reajuste será apurado pela fórmula:

$R = V (I - I^0) / I^0$

Processo nº 10/2025
Folha nº 78
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

R = valor do reajustamento;

V = parcela contratual a ser reajustada;

I^0 = índice na data da proposta;

I = índice no mês do reajustamento.

7.38. Em caso de atraso ou não divulgação do índice, aplicar-se-á a última variação conhecida, devendo o Contratado apresentar memória de cálculo tão logo o índice seja disponibilizado.

7.39. Nas aferições finais, o índice utilizado deverá ser o definitivo.

7.40. Caso o índice adotado seja extinto, aplicar-se-á o índice definido por legislação vigente.

7.41. Na ausência de previsão legal, as partes elegerão, por termo aditivo, novo índice oficial para substituição.

7.42. O Contratante poderá, de ofício, promover redução dos preços contratados caso se verifique deflação justificada do índice adotado.

7.43. Os efeitos financeiros da repactuação de mão de obra retroagirão à data de início dos efeitos financeiros do novo instrumento coletivo.

7.44. Os novos valores contratuais poderão iniciar em data futura, desde que pactuado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para futuras repactuações.

7.45. Os efeitos da repactuação ficarão restritos aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença verificada.

7.46. O pedido de repactuação deve ser apresentado durante a vigência contratual, sob pena de preclusão.

7.47. Caso não haja instrumento coletivo vigente na data da prorrogação, o termo aditivo deverá resguardar o direito à repactuação futura.

7.48. A extinção do contrato não impede o deferimento de repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será formalizada por termo indenizatório.

7.49. O Contratante decidirá sobre o pedido em até 15 (quinze) dias, contados da apresentação da documentação comprobatória.

7.50. O prazo será suspenso enquanto a contratada não cumprir as exigências ou apresentar os documentos solicitados.

7.51. A repactuação será formalizada por apostilamento.

7.52. A repactuação não exclui o direito de revisão contratual com base no art. 124, II, "d" da Lei nº 14.133/2021, para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

7.53. A contratada deverá complementar a garantia contratual, mantendo a proporção original em relação ao valor do contrato.

7.54. Caso sujeita ao regime não-cumulativo de PIS e COFINS, a contratada deverá comprovar as alíquotas médias de recolhimento no momento da repactuação.

7.55. A majoração da tarifa de transporte público poderá gerar revisão dos custos com vale-transporte, desde que comprovada a repercussão econômica, sendo essa revisão formalizada por apostilamento.

Reajuste

7.56. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, considerando como referência as planilhas indicadas no Projeto Básico.

7.57. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados automaticamente pelo Contratante, mediante aplicação do INCC (Índice Nacional da Construção Civil), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da

Processo nº 10/2025
Folha nº 19
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

anualidade.

7.58. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.59. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada com base na última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo o(s) índice(s) definitivo(s) seja(m) divulgado(s).

7.60. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para o reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) índice(s) definitivo(s).

7.61. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) índice(s) que vier(em) a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.62. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão, por meio de termo aditivo, novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente.

7.63. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

Processo nº 10/2025
Folha nº 80
Câmara Municipal de José Raydan

VIII. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

8.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

8.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

8.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

8.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

8.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

8.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar/retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

8.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

8.1.5. Fraudar a licitação;

8.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

8.1.6.1. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

8.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

8.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos

licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

8.2.1. Advertência;

8.2.2. Multa;

8.2.3. Impedimento de licitar e contratar;

8.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

Processo nº 10/2025
Folha nº 81
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. A multa será fixada entre 0,5% (meio por cento) e 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

8.4.1. Para as infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

8.4.2. Para as infrações previstas nos itens 8.1.4 a 8.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

8.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente ou não à penalidade de multa.

8.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada em decorrência das infrações previstas nos itens 8.1.1, 8.1.2 e 8.1.3, quando não se justificar penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo competente, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

8.8. A sanção de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada em decorrência das infrações constantes nos itens 8.1.4 a 8.1.8, bem como nas hipóteses dos itens 8.1.1 a 8.1.3, quando a gravidade justificar penalidade mais severa, conforme art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

8.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente no prazo fixado, conforme item 8.1.3, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades cabíveis e à perda da garantia de proposta.

8.10. A apuração das sanções de impedimento de licitar e contratar e de inidoneidade exigirá processo

de responsabilização conduzido por comissão composta por, no mínimo, dois servidores estáveis, assegurada a ampla defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis após a intimação.

8.11. Caberá recurso contra a aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação. O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, que poderá reconsiderá-la em até 5 (cinco) dias úteis, ou encaminhá-la à autoridade superior, que decidirá no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

8.12. Caberá pedido de reconsideração da sanção de declaração de inidoneidade no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis.

8.13. Tanto o recurso quanto o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente.

8.14. A aplicação de quaisquer das sanções previstas não exime a responsabilidade de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

IX. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critéric de julgamento da proposta

9.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **dispensa de licitação**, em formato eletrônico, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, em razão de o valor estimado para a contratação ser inferior ao limite legalmente estabelecido, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço global**, nos termos do inciso I do art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será o de empreitada por preço unitário, conforme definido no inciso XLIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

9.3. Optou-se pelo regime de empreitada por preço unitário em razão da natureza da obra e das variáveis locais associadas, cujas particularidades técnicas e logísticas podem influenciar diretamente nos quantitativos efetivamente executados durante a execução da obra.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Tratando-se de obra de engenharia com execução por empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços considerará, para fins de análise de exequibilidade, o valor global estimado da contratação, conforme previsto no art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

a) O interessado que estiver mais bem classificado na fase de lances deverá apresentar, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários considerados relevantes, conforme modelo disponibilizado pela Administração, para efeito de verificação de compatibilidade com o orçamento estimado.

9.5. Em consonância com o § 3º do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, a proposta poderá ser desclassificada se contiver preços unitários excessivos ou manifestamente inexequíveis, ainda que o valor global

Processo nº 10/2025
Folha nº 82
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 10/2025
Folha nº 83
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

apresentado esteja dentro dos limites do orçamento estimado pela Administração.

Exigências de habilitação

9.6. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar requisitos de regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira comumente exigidos nos processos de contratação do órgão, além da **qualificação técnica**, a ser comprovada por meio de:

9.6.1. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

a) Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado, atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.6.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, seja o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou o Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA)/CREA, com comprovação de validade regular do registro institucional.

a) No caso de sociedades empresárias estrangeiras, a exigência será atendida mediante a apresentação, no momento da assinatura do contrato ou aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante o respectivo conselho profissional no Brasil.

Qualificação Técnico-Profissional

9.6.6. O fornecedor deverá apresentar o(s) profissional(is) legalmente habilitado(s), registrado(s) no CREA ou CAU, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica pela execução de serviço de características semelhantes às do objeto desta licitação.

a) O(s) profissional(is) indicado(s) deverão efetivamente participar da execução do objeto contratual. Será admitida sua substituição por profissional(is) com experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração, conforme § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.7. Não serão admitidos atestados vinculados a profissionais que tenham dado causa à declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar, nos termos dos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

9.6.8. Os atestados de capacidade técnica-profissional poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.7. Quando admitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação poderão ser atendidas por documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

9.8. Para a assinatura do contrato, os documentos das empresas estrangeiras deverão ser traduzidos por tradutor juramentado no Brasil e apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660/2016, ou consularizados.

9.9. Se o fornecedor for a matriz, os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz; se for a filial, em nome da filial. Exceções se aplicam a documentos que, por sua natureza, sejam emitidos

exclusivamente em nome da matriz, bem como a atestados de capacidade técnica.

9.10. Serão aceitos registros de CNPJ distintos entre matriz e filial quanto a documentos como CND e CRF/FGTS, quando comprovada a centralização do recolhimento.

Processo nº 10/2025
Folha nº 84
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

X. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, considerado como o valor máximo aceitável, é de R$ 14.422,93 (catorze mil quatrocentos e vinte dois reais e noventa e três centavos), conforme os custos unitários constantes da Planilha Orçamentária que integra o Projeto Básico, elaborada com base em composições próprias da obra, aliadas aos referenciais oficiais utilizados pelo setor público.

XI. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Municipal, sob a seguinte dotação orçamentária:

01.031.0001.30014.4.90.51.00 20 obras e Instalações ficha 1500 recurso próprio

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada oportunamente, após aprovação da respectiva Lei Orçamentária Anual (LOA) e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ao contrato.

XII. JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

12.1. Conforme estabelecido pelo Art. 14, I, da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022, a elaboração do ETP é facultada nas hipóteses de contratações diretas, incluindo aquelas previstas nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

12.1.1. No presente caso, como se trata de uma contratação de pequeno vulto e de baixa complexidade técnica, a exigência do ETP poderia representar uma sobrecarga desproporcional ao procedimento, sem agregar valor relevante à análise de viabilidade e economicidade.

12.1.2. Considerando a baixa complexidade do objeto contratado e o valor reduzido da contratação, conforme as normas aplicáveis, conclui-se pela dispensa da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Instrução Normativa SEGES nº 058/2022.

XIII. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Considerando que o desenvolvimento nacional sustentável é um dos três pilares das compras públicas conforme o art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna-se necessário que o contratado observe as exigências ambientais e sociais inerentes envolvida no objeto da contratação, contida nas legislações correlatas;

13.2. No tocante a recursos, representações e pedidos de reconsideração, deverá ser observado o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021;

13.3. Qualquer comunicação pertinente ao contrato, a ser realizada entre o contratado e o município, inclusive para manifestar-se, oferecer defesa ou receber ciência de decisões sancionatórias ou sobre rescisão contratual, deve ocorrer por escrito, preferencialmente por meio eletrônico, admitida a comunicação por aplicativo de mensagens instantâneas, se devidamente comprovado o recebimento pelo particular;

13.4. As partes contratantes elegem o foro da Contratante como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da contratação, inclusive os casos omissos que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

13.5. A participação de qualquer proponente vencedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições.

13.6. O Projeto Básico de Engenharia que integra este documento foi elaborado em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Orientação Técnica OT – IBR 001/2006, do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, assegurando a existência de todos os elementos técnicos necessários para a adequada definição do objeto e a viabilidade da contratação, nos termos da legislação vigente. Dessa forma, o projeto básico apresenta informações suficientes para a precisa caracterização da obra, as quais possibilitam a licitação e a execução contratual de forma segura e eficiente.

Capelinha/MG, 30 de junho 2025.

Engenheiro responsável DANILO SILVA FAULA Engenheira Civil CREA:Nº 242251/D

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente Câmara Municipal de Capelinha/MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 85
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

Processo nº 10/2025
Folha nº 86
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO II

PROCESSO Nº. 010/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2025

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO I da Lei 14.133/2021

RAZÃO:SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE: EMAIL:

Objeto: CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS.

DESCRIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	UNID	QTDE	VALOR UNT	VALOR TOTAL
	MÊS	12		

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

Despesas inerentes a impostos, tributos, contratação de pessoal e outros, correrão totalmente por conta da Empresa contratada;

Apresentamos nossa proposta conforme o estabelecido no Edital de Dispensa de Licitação.

Local, _____ de _____ de 2025.

Jessé Simões Siqueira 067970536-84

Assinatura do Responsável CPF: Obs.:

Identificação, assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ, se houver.

Juntamente com a proposta a empresa deverá apresentar planilha orçamentária,

Cronograma Fisico Financeiro e Composição de BDI, devidamente assinados pelos represente legal da empresa e pelo responsável técnica da empresa.

Processo nº 10/2025
Folha nº 87
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Processo nº 10/2025
Folha nº 88
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO III

PROCESSO Nº. 010/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 010/2025

MINUTA DE CONTRATO Nº. 2025., QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN/MG** E A EMPRESA....., DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1. DO CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN**/MG, Inscrita no CNPJ sob o nº 15.033.151/0001-13 , Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG - **39775-000**, neste ato representado por seu Presidente **xxxxxxxxx**xx, brasileiro, portador do RG N° MG 17044059

, e do CPF nº 104.860.316-40, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua xxxxxxx.

1.2 DO CONTRATADO:

A empresa contratada, inscrita no CNPJ sob o nº (INSERIR CNPJ), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), nesta cidade, neste ato representada por seu(sua) representante legal, (NOME DO REPRESENTANTE LEGAL), (NACIONALIDADE), portador(a) do RG nº (XXXXXXX) e do CPF nº (XXXXXXX), residente e domiciliado(a) na (ENDEREÇO COMPLETO).

Processo nº 10/2025
Folha nº 29
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

1.3. DOS FUNDAMENTOS:

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 010/2025, Dispensa de Licitação nº. 010/2025, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 75 e para o inciso I do artigo respectivo diploma legal e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1. DO PRAZO:

O período de contratação será de **05 (cinco) meses**, contados a partir da assinatura deste contrato, prorrogáveis a critério da Câmara, e o prazo de execução será de 03(tres) meses conforme cronograma físico financeiro, podendo ser prorrogado mediante a celebração termo aditivo e desde que autorizado em lei

Havendo prorrogação da vigência contratual, o valor mensal será reajustado considerando o índice IPCA para corrigir os efeitos da inflação. Na oportunidade será utilizado o índice acumulado disponível no 12º mês após o período de 12 meses

Processo nº 10/2025
Folha nº 10
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

IV - DO VALOR E DO PAGAMENTO:

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ ..... ( ) já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara:

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto deste Contrato será realizado pela Tesouraria da Contratante, por processo legal, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, mensalmente a contar da data dos serviços prestados.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.5. Se o objeto não for entregue/executado conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.7. Além das cláusulas acima, os critérios de pagamento obedecerão o Termo de Referência.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

5.1. As obrigações da **contratante e contratada** estão dispostas no Termo de Referência anexo ao presente contrato.

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos necessários à execução do objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXX

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pela Servidora **xxxxxxxxxx** e a Gestora do Contrato **xxxxx** ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no

curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração do Legislativo;

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4 O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

7.5. O recolhimento das multas deverá ser feito através de guia própria da Câmara Municipal de José Raydan, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que for aplicada a multa em definitivo (após garantido o contraditório e ampla defesa), com o setor de tributos da entidade.

Processo nº 10/2025
Folha nº 91
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES:

8.1 As sanções estão descritas no Termo de referência;

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1. São motivos de rescisão deste contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento. E, por estarem justos e

contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

José Raydan/MG, ... de maio de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

XXXXXXXXXX

Contratado

Testemunhas:

01_____

CPF:_____

02_____

CPF:_____

Processo nº 10/2025
Folha nº 92
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº006/2025

Dispensa de Licitação nº 004/2025 - Processo Administrativo nº 005/2025

A empresa XXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nºXXXXXXXX, sediada na rua XXXXXXXXX, nº XXX, bairro XXX, cidade XXXX, estado XXX cidade XXXX, CEP: XXXX neste ato representada por XXX portador(a) do RG XXXXXX, inscrito(a) no CPF nºXXXXXXXXX residente e domiciliado(a) na rua XXXXXXXXXX nº XX, bairro XX, cidade XXX/MG, XXX cidade XXX

CEP: XXXX sob as penalidades da lei, que:

( ) Inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

( ) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;

( ) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91;

( ) Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

( ) Não possui no quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

...../...., ... de de 2025.

(Assinatura)

Razão Social

Nome e assinatura do representante

RG nº.....

Processo nº 10/2025
Folha nº 93
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO FISCAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 07/2025

Dispensa de Licitação nº 006/2025 - Processo Administrativo nº 007/2025

A empresa XXXXXXXXX, inscrita no CNPJ nº XXXXX, sediada na rua XXXXXXX, nº XXXXXXX, bairro .XXXXX cidade XXXXX estado, cidade XXX, CEP:XXXX, neste ato representada por, XXXX portador(a) do RG XXXX, inscrito(a) no CPF nº residente e domiciliado(a) na rua XXXX, nº XXX, bairro XXX, cidade, XXX estado XXXXXXXX cidade XXXXX CEP: XXXX **DECLARA**, sob as penalidades da lei, que:

( ) se enquadra como (MICROEMPRESA ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou EQUIPARADAS) nos termos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a fruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas em favor desta categoria;

( ) não se enquadra em nenhuma das excludentes previstas no § 4º do artigo 3º da mesma lei;

( ) no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º da Lei 14.133/2021.

Cidade./XX de XXX de 2025.

Processo nº 10/2025
Folha nº 94
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

(Assinatura)

Jesse Simões Siqueira

Nome e assinatura do representante

RG nº.....

MG 11.705.168

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSE RAYDAN

Cronograma Físico-Financeiro

OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL LOCAL: JOSÉ RAYDAN - MG

Etapa		Serviços	Unid.	Preço Unit. R$	Mês			Total
					1	2	3	
1		SERVIÇOS PREMINILARES	%	688,44	100.00%			
			R$		688,44			688,44
2		PRÉDIO ANEXO	%	12.293,21	100.00%			
			R$		12.293,21			12.293,21
3		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	%	2.984,42		100.00%		
			R$			2.984,42		2.984,42
4		PINTURA INTERNA	%	4.577,37			100.00%	
			R$				4.577,37	4.577,37
Relatório Final					51.14%	20.69%	28.17%	100.00%
TOTAL R$ 20.543,44					12.981,65	2.984,42	4.577,37	20.543,44

DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSE RAYDAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 95
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

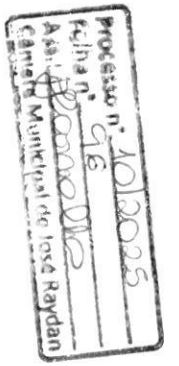
Cronograma Físico-Financeiro

OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL — LOCAL: JOSÉ RAYDAN MG

Etapa		Serviços	Unid.	Preço Unit. R$	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Total
1		SERVIÇOS PREMINILARES	%	688,44	100.00%			
			R$		688,44			688,44
2		PRÉDIC ANEXO	%	12.293,21	100.00%			
			R$		12.293,21			12.293,21
3		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	%	2.984,42		100.00%		
			R$			2.984,42		2.984,42
4		PINTURA INTERNA	%	4.577,37			100.00%	
			R$				4.577,37	4.577,37
Relatório Final					51.14%	20.69%	28.17%	100.00%
				TOTAL R$ 20.543,44	12.981,65	2.984,42	4.577,37	20.543,44

DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSE RAYDAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025



Processo nº 10/2025
Folha nº 97
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MEMORIAL DESCRITIVO

Processo nº 10/2025
Folha nº 98
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROPRIETÁRIO: CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

LOCAL: AVENIDA PADRE LUIZ BARROSO Nº 33

TERRENO: 360,00M²

JOSÉ RAYDAN – MG, 21 de MAIO de 2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 99
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MEMORIAL DESCRITIVO

REFORMA CÂMARA MUNICIPAL

01. SERVIÇOS PRELIMINARES

A) A obra será executada de acordo com os projetos construtivos aprovados pela prefeitura.

B) A obra receberá uma placa de aço galvanizado, fixada em estrutura de madeira e fixada na parte frontal do estabelecimento de mandeira que não atrapalhe o fluxo de movimentação natural do estabelecimento e da obra. Esta placa deverá informar o nome do estabelecimento; o orgão financiador da obra; o valor; o prazo estimado para o término da obra.

02. PREDIO ANEXO.

A) Em todas as imendas de calhas deverão ser aplicado o veda calha com o objetivo de eliminar totalmente possíveis vazamentos.

B) A calha aplicada nesta cobertura deverá ter saidas suficientes para garantir a drenagem imediata eliminando o risco de transbordar.

C) Rufos serão em chapa de aço galvanizado nº24 com 20 cm de largura cada folha.

D) As bordas da chapa do rufo deverão ser inseridas na alvenaria, proporcionando acabemento perfeito.

E) O chapisco será em argamasa composto por cimento e areia.

F) O embolso será executado com o traço (1.3.1) em argamassa com cimento, areia e cal.

G) As portas de prancheta devem ser intaslada com 3 dobradiça e incluso

fechadura.

H) O Revestiemento Porcelanato deve ser primeira linha e seguir as normas da ABNT.

Processo nº 10/2025
Folha nº 100
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

03. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

A) Serão instalados quadros de distribuição. Alimentação do quadro de distribuição. obedecendo rigorosamente o projeto elétrico embazado na norma 5410 e as normas da consecionaria a cidade ENERGISA.

B) Os eletroudos de distribuição são de diâmetro mínimo de ½" e será embutidos na alvenaria. Os condutores serão dimensionados conforme sua carga e com bitola mínima de 15cm do tipo anti-chamas da Pirelli ou similar.

C) As luminárias todas serão de tipo L E D .

04. PINTURA

. A pintura será de primeira linha utilizando as tintas das marcas, suvinil, Coral ou similar.executada no melhor nível de qualidade e cuidado, oferecendo acabamento perfeito,acabamento semi- brilho.

. A pintura sobre as paredes obedecerá o seguinte:

A- Lixamento para retirar todos os caroços e rebarbas que haver

B- Pintura com tinta acrílico semi- brilho lavável.

. Pintura em piso (calçamento):

-Pintura com tinta acrílica, com duas demãos.

05. LIMPEZA

A limpeza final da obra,deverá constar de:

A) Limpeza do piso em cerâmica.

B) Limpeza das louças e metais.

C) Retirada de entulhos.

Processo nº 10/2025
Folha nº 101
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

AUTOR DO PROJETO E RESPONSÁVEL TÉCNICO
DANILO SILVA FAULA
Engenheira Civil
CREA:Nº 242251/D

José Radan - MG, 03 Setembro de 2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 102
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Obra
Reforma da sede da Câmara Municipal de José Raydan

Bancos
SINAPI - 09/2024 - Minas Gerais

B.D.I.
Padrão - 30,63%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

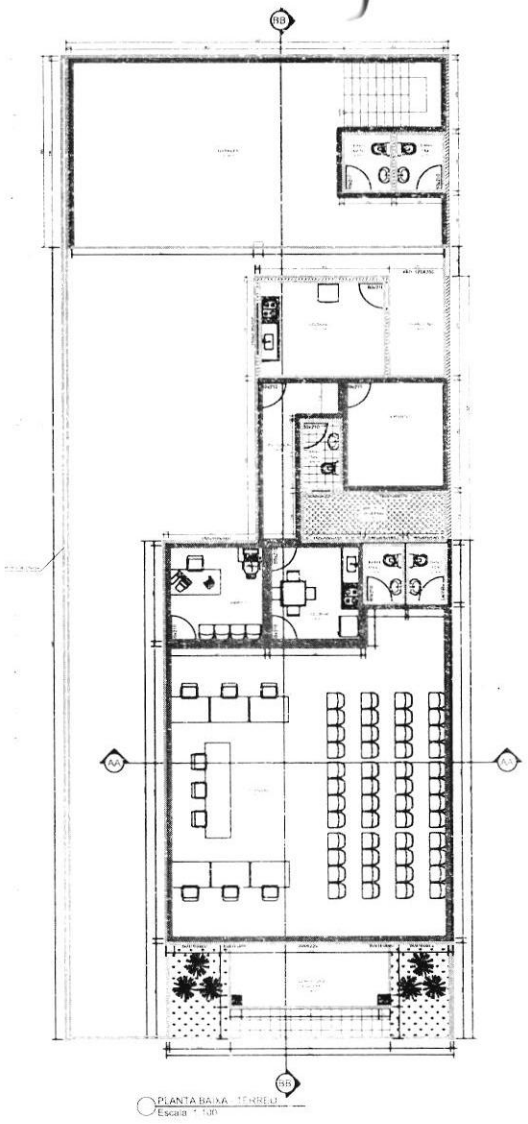
Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1		**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**688,44**
1.1	ED-16670 SETOP	PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA ENRIJECIDA, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, FIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, EXCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO PADRÃO GOVERNO DE MINAS GERAIS (FORNECIMENTO/FABRICAÇÃO)	m²	2	263,61	344,22	688,44
2		**PRÉDIO ANEXO**					**12.293,21**
2.1	ED-50727 SETOP	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO	m²	60	8,70	11,33	396,55
2.2	SUDECAP	CHAPEU DE MURO PADRAO SUCECAP	M	13	25,31	33,05	679,80
2.3	103325 SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL	m²	25	75,69	98,87	2.471,75
2.4	90822 SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	2	331,35	432,84	865,68
2.5	ED-50732 SETOP	EMBOÇO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO	m²	60	31,04	40,46	2.427,60
2.6	ED-50683 SETOP	RUFO E CONTRARRUFO EM CHAPA GALVANIZADA, ESP. 0,5MM (GSG 26), COM DESENVOLVIMENTO DE 20CM, INCLUSIVE IÇAMENTO MANUAL VERTICAL	m	61	32,70	42,69	2.604,09
2.7	Próprio	REVESTIMENTO PORCELANATO, INCLUINDO ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA AC III	m²	10	150,00	195,95	1.959,50
2.8	Próprio	TANQUE MARMORE 1.40 METROS, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE SUPORTE E VALVULAS E SIFRÃO	UN	1	680,00	888,24	888,24
3		**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**					**2.984,42**

3.1	91925 SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	52	3,37	4,40	228,80
3.2	49405 SINAPI	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA BLINDADA COMPLETA, PARA UMA (1) LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSIVE BASE E LÂMPADA.	um	4	109,66	143,25	573,00
3.3	ED-50227 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UM (1) INTERRUPTOR SIMPLES (10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, ANTI-CHAMA, DN 25MM (3/4"), EMBUTIDO NA ALVENARIA E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 1, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA	un	1	222,08	290,10	290,10
3.4	ED-17905 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UMA (1) TOMADA PADRÃO, TRÊS (3) POLOS (2P+T/10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DN 20MM (3/4"), EMBUTIDO NO PISO E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 2, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA.	un	4	362,19	473,13	1.892,52
4		**PINTURA INTERNA PREDIO ANEXO**					**4.577,37**
4.1	102193 SINAPI	PINTURA COM VERNIZ IMPREGNANTE EM SUPERFÍCIE DE MADEIRA, DUAS DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M²	90	19,51	25,49	2.294,10
4.2	ED-50451 SETOP	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDE, DUAS (2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)	m²	111	15,76	20,57	2.283,27
				Total C/BDI BDI			**20.543,44**

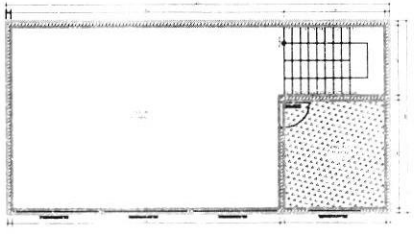
DANILO SILVA FAÚLA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 242251/D

JOSÉ RADAN, 03 DE SETEMBRO DE 2025

Processo nº 10/2025
Ficha nº 103
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan



PLANTA BAIXA - TÉRREO
Escala 1:100



PLANTA BAIXA - 1° ANDAR
Escala 1:100

LEGENDA

PAREDES INTERNAS + TETO: Pintura Latex Acrílica, cor branco, 2 demãos

TETO: Pintura Latex Acrílica, cor branco, 2 demãos

PAREDES EXTERNAS: chapiscamento nas paredes na altura de 0,50m + selador acrílico. Pintura Latex Acrílica, cor amarela, 2 demãos

PAREDES INTERNAS 2° ANDAR: Pintura Latex Acrílica, cor branco, 2 demãos

GRADES/PORTÕES: Pintura esmalte sintético, cor preto, em 2 demãos

Piso a ser executado em JARDIM DE INVERNO

Piso existente

Processo nº 1012025
Folha nº 1021
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

DANILO SILVA FAULA ENGENHARIA

Rua Dona Zina, Nº 35, Centro, CEP: 39775000, José Raydan - MG

PROJETO DE REFORMA - CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

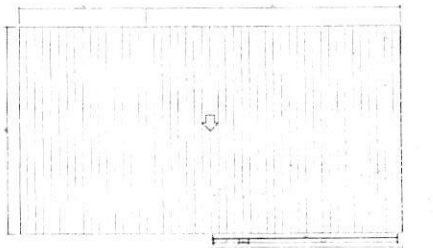
RESPONSÁVEL TÉCNICO	CONTATO
Danilo Silva Faula Engenheiro Civil CREA 242650/D-MG	FONE: (33) 98777-5588 e-mail: [illegible]
PROPRIETÁRIO	CONTATO
Câmara Municipal de José Raydan CNPJ: 15.031.154/0001-13	FONE: (33) 3431-1052 e-mail: [illegible]

ENDEREÇO

Avenida Padre Luiz Barroso, Nº 33, Serafim Peixoto, CEP: 39775-000.
Município/UF: José Raydan - MG

PROJETO

DETALHE	ESCALA	INDICADA
Planta de situação, planta de cobertura, cortes, fachada e detalhes executivos		
USO	ÁREA	QUADRO
Público		
TÍTULO	PÁGINA	01 / 03
Projeto de reforma da sede da Câmara Municipal		



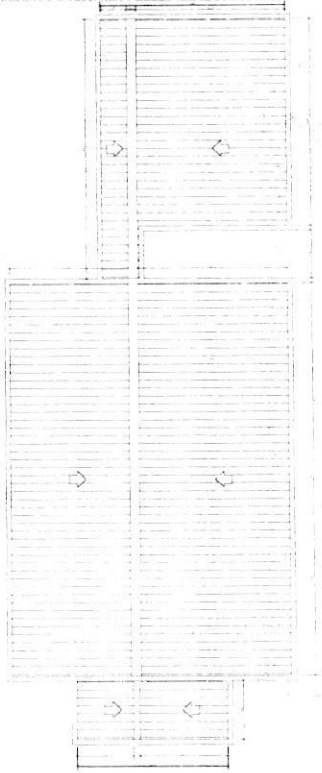
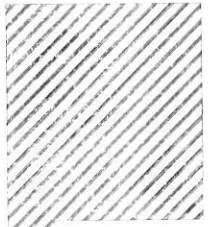


DIAGRAMA DE COBERTURA
Escala 1:100







PLANTA DE SITUAÇÃO
Escala 1:100

QUADRO DE ÁREAS		
EDIFICAÇÃO		
TÉRREO	———	239,76 m²
1 ANDAR	———	72,6** m²
ÁREA CONSTRUÍDA	———	312,36 m²

LEGENDA

Remoção de telhamento, engradamento, cobertura e forro

Execução de telhamento metálico e engradamento metálico

Telhado Colonial

Processo nº 401/2025
Folha nº 103
Ass.
Câmara Municipal de José Raydan

DANILO SILVA FAGLIA ENGENHARIA

Rua Dona Zina, Nº 35, Centro, CEP: 39775000, José Raydan - MG

PROJETO DE REFORMA - CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Danilo Silva Faglia
Engenheiro Civil
CREA: 202251D-MG

CONTATO
CEL: (33) 98811-5564
e-mail: danilosfaglia@gmail.com

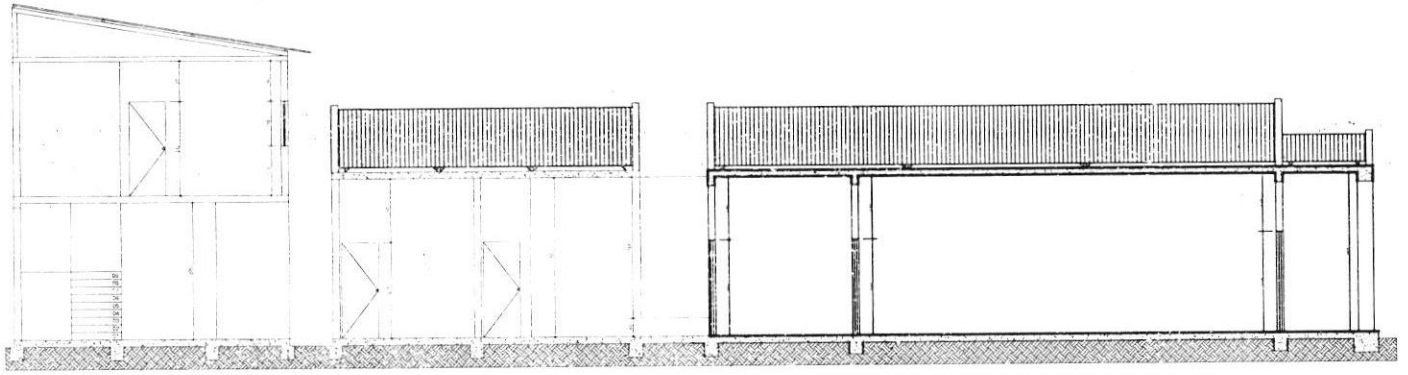
PROPRIETÁRIO
Câmara Municipal de José Raydan
CNPJ: 16.033.156/0001-33

CONTATO
FONE: (33) 3411-9056
e-mail: camara.vereadores@yahoo.com.br

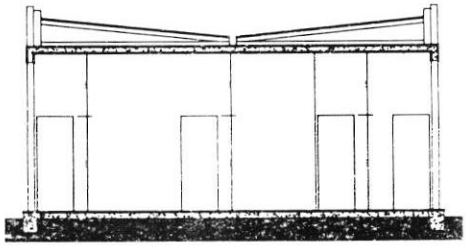
ENDEREÇO
Avenida Padre Luiz Barroso, Nº 33, Serafim Peixoto, CEP: 39775-000
Município/UF: José Raydan - MG

PROJETO

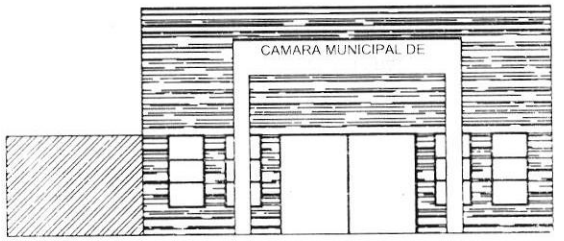
DETALHE: Planta de situação, planta de cobertura, cortes, fachada e detalhes executivos	ESCALA:	INDICADA
USO: Público	ÁREA:	QUADRO
TÍTULO: Projeto de reforma da sede da Câmara Municipal	FOLHA:	02/03



CORTE B-B
Escala: 1:100



CORTE A-A
Escala: 1:100



FACHADA
Escala: 1:100

Processo nº 10/2025
Folha nº 106
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DANILO SILVA FAULA ENGENHARIA

Rua Dona Zina, Nº 35, Centro, CEP: 39775000, José Raydan - MG

PROJETO DE REFORMA - CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO
Danilo Silva Faula
Engenheiro Civil
CREA: 2422515/D MG

CONTATO
FONE: (33) 98711-0047
e-mail: danilosfaula@gmail.com

PROPRIETÁRIO
Câmara Municipal de José Raydan
CNPJ: 15.031.154/0001-15

CONTATO
FONE: (33) 3431-1876
e-mail: camara.raydan@yahoo.com.br

ENDEREÇO
Avenida Padre Luiz Barroso, Nº 33, Serafim Peixoto, CEP: 39775-000
Município/UF: José Raydan - MG

PROJETO

Nº FOLHA: Planta de situação, planta de cobertura, cortes, fachada e detalhes executivos	ESCALA:	INDICADA
USO: Público	ÁREA:	QUADRO
TÍTULO: Projeto de reforma da sede da Câmara Municipal	FOLHA:	03/03

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Pâmela de Jesus Carvalho – Diretora Geral do Legislativo -Agente de Contratação da Câmara Municipal de José Raydan/MG, certifico e FIRMO a Autuação do Processo de Contratação , em atendimento às disposições/ contidas na Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no Regimento Interno desta Casa Legislativa O INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO alusivo ao Processo de , DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025 (ART 75, II DA LEI FEDERAL 14.133/2021), foi publicado na data de 15 de setembro de 2025, no quadro de avisos da Câmara Municipal de José Raydan/MG bem como em seu sítio eletrônico oficial https: www.camarajoseraydan.mg.gov.br/licitacoes

Atenciosamente;

José Raydan 05 de setembro de 2025

Pâmela de Jesus Carvalho

Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação
legalmente designado pela Portaria nº 07/2025 Presidente da Câmara Municipal de José Raydan Biênio 2025/2026

Processo nº 10/2025
Folha nº 107
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Obra
Reforma da sede da Câmara Municipal de José Raydan

Bancos
SINAPI - 09/2024 - Minas Gerais

B.D.I.
Padrão - 30,63%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Orçamento Sintético

Item	Código Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total
1		**SERVIÇOS PRELIMINARES**					**688,44**
1.1	ED-16670 SETOP	PLACA DE OBRA EM CHAPA GALVANIZADA ENRIJECIDA, PLOTADA COM ADESIVO VINÍLICO, FIXADA COM REBITES 4,8X40MM, EM ESTRUTURA METÁLICA DE METALON 20X20MM, ESP. 1,25MM, EXCLUSIVE SUPORTE EM EUCALIPTO PADRÃO GOVERNO DE MINAS GERAIS (FORNECIMENTO/FABRICAÇÃO)	m²	2	263,61	344,22	688,44
2		**PRÉDIO ANEXO**					**11.738,24**
2.1	ED-50727 SETOP	CHAPISCO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 5MM, APLICADO EM ALVENARIA/ESTRUTURA DE CONCRETO COM COLHER, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO	m²	60	8,70	11,33	396,55
2.2	SUDECAP	CHAPEU DE MURO PADRAO SUCECAP	M	13	25,31	33,05	679,80
2.3	103325 SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA VERTICAL DE 14X19X39 CM (ESPESSURA 14 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL	m²	25	75,69	98,87	2.471,75
2.4	90822 SINAPI	PORTA DE MADEIRA PARA PINTURA, SEMI-OCA (LEVE OU MÉDIA), 80X210CM, ESPESSURA DE 3,5CM, INCLUSO DOBRADIÇAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2019	un	2	331,35	432,84	865,68
2.5	ED-50732 SETOP	EMBOÇO COM ARGAMASSA, TRAÇO 1:6 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, INCLUSIVE ARGAMASSA COM PREPARO MECANIZADO, EXCLUSIVE CHAPISCO	m²	60	31,04	40,46	2.427,60
2.6	ED-50683 SETOP	RUFO E CONTRARRUFO EM CHAPA GALVANIZADA, ESP. 0,5MM (GSG 26), COM DESENVOLVIMENTO DE 20CM, INCLUSIVE IÇAMENTO MANUAL VERTICAL	m	48	32,70	42,69	2.049,12
2.7	Próprio	REVESTIMENTO PORCELANATO, INCLUINDO ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA AC III	m²	10	150,00	195,95	1.959,50
2.8	Próprio	TANQUE MARMORE 1.40 METROS, INCLUINDO INSTALAÇÃO DE SUPORTE E VALVULAS E SIFRÃO	UN	1	680,00	888,24	888,24
3		**INSTALAÇÃO ELÉTRICA**					**2.984,42**

Processo nº 10/2025
Folha nº 108
Ass:
Câmara Municipal de José Raydan

3.1	91925 SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 0,6/1,0 KV, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	m	52	3,37	4,40	228,80
3.2	49405 SINAPI	LUMINÁRIA ARANDELA TIPO TARTARUGA BLINDADA COMPLETA, PARA UMA (1) LÂMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 20W, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO, INCLUSIVE BASE E LÂMPADA.	um	4	109,66	143,25	573,00
3.3	ED-50227 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UM (1) INTERRUPTOR SIMPLES (10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, ANTI-CHAMA, DN 25MM (3/4"), EMBUTIDO NA ALVENARIA E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 1, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA	un	1	222,08	290,10	290,10
3.4	ED-17905 SINAPI	PONTO DE EMBUTIR PARA UMA (1) TOMADA PADRÃO, TRÊS (3) POLOS (2P+T/10A-250V), COM PLACA 4"X2" DE UM (1) POSTO, COM ELETRODUTO DE PVC RÍGIDO ROSCÁVEL, DN 20MM (3/4"), EMBUTIDO NO PISO E CABO DE COBRE FLEXÍVEL, CLASSE 5, ISOLAMENTO TIPO LSHF/ATOX, NÃO HALOGENADO, SEÇÃO 2, 5MM2 (70°C-450/750V), COM DISTÂNCIA DE ATÉ DEZ (10) METROS DO PONTO DE DERIVAÇÃO, INCLUSIVE CAIXA DE LIGAÇÃO, SUPORTE E FIXAÇÃO DO ELETRODUTO COM ENCHIMENTO DO RASGO NA ALVENARIA/CONCRETO COM ARGAMASSA.	un	4	362,19	473,13	1.892,52
4		**PINTURA INTERNA PREDIO ANEXO**					**4.577,37**
4.1	102193 SINAPI	PINTURA COM VERNIZ IMPREGNANTE EM SUPERFÍCIE DE MADEIRA, DUAS DEMÃOS, ACABAMENTO TIPO FOSCO	M²	90	19,51	25,49	2.294,10
4.2	ED-50451 SETOP	PINTURA ACRÍLICA EM PAREDE, DUAS (2) DEMÃOS, EXCLUSIVE SELADOR ACRÍLICO E MASSA ACRÍLICA/CORRIDA (PVA)	m²	111	15,76	20,57	2.283,27
					Total C/BDI BDI		**19.988,47**

gov.b Documento assinado digitalmente
JESSE SIMOES SIQUEIRA
Data: 15/09/2025 08:35:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JESSÉ SIMÕES SIQUEIRA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 180586/D

JOSÉ RAYDAN, 14 DE SETEMBRO DE 2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 109
Assinatura
Comissão Municipal de José Raydan

JESSÉ SIMÕES SIQUEIRA-ME CNPJ: 05.342.226/0001-94

COMPOSIÇÃO DO BDI

CONVENENTE:	CÂMARA MUNICIPAL	DATA:	03/09/2025
OBRA:	REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL		
LOCAL:	JOSÉ RAYDAN MG	FORMA DE EXECUÇÃO:	INDIRETA
REGIÃO/MÊS DE REFERÊNCIA:	MG/ JULHO	ALÍQUOTA ISS (2% a 5%):	5%
		BASE DE CÁLCULO PARA O ISS(%):	100%
PRAZO DE EXECUÇÃO:	3 MESES	FÓRMULA DO BDI	$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)(1+DF)(1+L)}{(1-I)} - 1$
ORÇAMENTO DESONERADO?	Com desoneração	BDI ADOTADO	30.63%

COMPOSIÇÃO DO BDI

TIPO DE OBRA/SERVIÇO	DESCRIÇÃO	VALORES DE REFERÊNCIA (%) Acórdão 2622/2013-TCU-Plenário			ADOTADO (%)
		1º Quartil	Médio	3º Quartil	
CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	Administração Central (AC)	3,00%	3,00%	5,50%	3,63%
	Seguro e Garantia (S+G)	0,80%	0,80%	1,00%	0,80%
	Risco (R)	0,97%	0,97%	1,27%	0,97%
	Despesas Financeiras (DF)	0,59%	0,59%	1,39%	1,23%
	Lucro (L)	6,16%	6,16%	8,96%	7,16%
	Impostos** (I)	Conforme Legislação Especifica			18,15%
	COFINS				5,00%
	PIS				0,65%
	ISS (de acordo com a base de cálculo informada acima)				8,00%
	CPRB	4,5%	4,5%	4,5%	4,58%
	TOTAL (%)	20,34%	22,12%	25,00%	

Declaramos para os devidos fins que a base de cálculo do ISS adotada de 100% para a obra , com a respectiva alíquota de 5% do ISS, está de acordo com a legislação tributária municipal Lei nº 36/2014.

gov.br

Documento assinado digitalmente
JESSE SIMOES SIQUEIRA
Data: 15/09/2025 08:35:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JESSÉ SIMÕES SIQUEIRA
ENGENHEIRO CIVIL
CREA-MG: 180586/D

Processo nº 10/2025
Folha nº 110
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

JESSÉ SIMÕE SIQUEIRA – ME CNPJ: 05.342.226/0001-94

Cronograma Físico-Financeiro

OBRA: REFORMA DA CÂMARA MUNICIPAL — LOCAL: JOSÉ RAYDAN MG

Etapa		Serviços	Unid.	Preço Unit. R$	Mês			Total
					1	2	3	
1		SERVIÇOS PREMINILARES	%	688,44	100.00%			
			R$		688,44			**688,44**
2		PRÉDIO ANEXO	%	6.686,95	100.00%			
			R$		11.738,24			**11.738,24**
3		INSTALAÇÃO ELÉTRICA	%	2.984,42		100.00%		
			R$			2.984,42		**2.984,42**
4		PINTURA INTERNA	%	4.063,12			100.00%	
			R$				4.577,37	**4.577,37**
Relatório Final					51.14%	20.69%	28.17%	**100.00%**
				TOTAL R$ 14.422,93	**12.426,68**	**2.984,42**	**4.577,37**	**19.988,47**

Documento assinado digitalmente
JESSE SIMOES SIQUEIRA
Data: 15/09/2025 08:35:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

JESSÉ SIMÕE SIQUEIRA
Engenheiro Civil
CREA-MG: 180586/D

JOSE RAYDAN, 14 DE SETEMBRO DE 2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 111
Assinatura
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN
CNPJ: 15.033.151/0001-13
Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:
camarajraydan@yahoo.com.br

PARECER JURÍDICO N° 18/2025

Processo nº 10/2025
Folha nº 12
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO N° 010/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 09/2025

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de reforma do prédio da Câmara Municipal de José Raydan, com fornecimento de mão de obra e materiais.

I-RELATÓRIO

Trata-se de processo encaminhado pela Câmara Municipal de José Raydan, a esta Procuradoria para análise e emissão de parecer jurídico concernente à processo administrativo referente à licitação na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, cujo objeto é A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, fundamentado no artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Consta nos presentes autos: Documento de formalização de demanda, autorização de contratação, declaração de disponibilidade orçamentária, declaração de recursos financeiros, termo de referência, memorial descritivo, despacho, termo de abertura de processo de contratação, minuta de edital, documentos da empresa entre outros. É o relatório. Passo à análise.

II - ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, mister se faz ressaltar que a natureza do processo licitatório é, ordinariamente, o atendimento de demandas públicas, em apreço à livre concorrência e à captação de preço justo e mais vantajoso à administração, elementos colhidos no espírito da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

A Constituição Federal de 1988, em capítulo reservado aos Princípios Gerais da Atividade Econômica, notadamente em seu art. 175, condicionou a prestação de serviços públicos à realização de prévio procedimento licitatório.

De outro lado, a própria Carta Magna, em capítulo destinado à Administração Pública, ressalva casos em que a legislação infraconstitucional confere ao Poder Público a faculdade de contratar sem a necessidade de procedimento licitatório, conforme se depreende do inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, abaixo transcrito:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

De tal missão se incumbiu a recente Lei 14.133/2021 em seu art. 75, II que assim dispõe:

Art. 75. É dispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), no caso de outros serviços e compras; (Vide Decreto nº 10.922, de 2021) (Vigência)

Desta forma, compreende-se que a dispensa de licitação poderá ser realizada desde que a hipótese de contratação de bens ou serviços estejam previamente expressas nos incisos do artigo 75 da nova lei de licitações, situação em que é

Processo nº 10/2025
Folha nº 113
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

dispensável a deflagração de processo administrativo licitatório, o que simplifica demasiadamente a atuação da administração, otimizando seu desempenho.

Na contratação direta, o que é dispensado é o processo licitatório e não o processo administrativo. Logo o administrador está obrigado a seguir um procedimento administrativo determinado, destinado a assegurar mesmo nesses casos, a prevalência dos princípios constitucionais da Administração Pública.

Observa-se que o presente processo foi autorizado e justificado pela autoridade competente, que consta ainda termo de referência, estimativa de despesa e documentações que comprovam que a empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, inscrita no CNPJ n° 05.342.226/0001-94, atende as exigências legais e as previstas no presente edital.

Verifica-se assim, estarem atendidas as exigências contidas no citado artigo 72 da Lei nº 14.133/2021, que devem, necessariamente, integrar o corpo dos autos, a fim de conferir-lhe legalidade e adequação, essencialmente, no que tange à razão da escolha do contratado e justificativa de preço, estando dentro dos padrões da razoabilidade.

Diante do exposto, uma vez preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 especialmente em seus arts. 72 e 75, II, não vislumbra-se óbice à contratação do objeto mediante dispensa de licitação.

Processo nº 101/2025
Folha nº 114
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, pautando-me nas informações e documentos trazidos aos autos, bem assim diante das peculiaridades do caso concreto, uma vez preenchidos os requisitos previstos na Lei nº 14133/2021 esta Procuradoria manifesta-se FAVORÁVELMENTE ao prosseguimento do presente processo de licitação.

É o parecer. A consideração superior.

José Raydan, 08 de outubro de 2025.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

CNPJ: 15.033.151/0001-13

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto

José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico:

camarajraydan@yahoo.com.br

KARINA DE SOUZA DIAS:11761607618

Assinado de forma digital por KARINA DE SOUZA DIAS:11761607618
Dados: 2025.10.08 11:54:21 -03'00'

Processo nº 10/2025
Folha nº 115
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Dra. Karina de Souza Dias

OABMG 201338

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

Processo nº 10/2025
Folha nº 116
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

DECLARAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Dispensa de Licitação nº 006/2025

Procedimento Administrativo nº 07/2025

Eu, Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação, da Câmara Municipal de José Raydan, DECLARO, para os devidos fins, que foi publicado o resultado da Dispensa de Licitação nº 006/2025, instaurada para a contratação de empresa para execução de obra de reforma do prédio da Câmara Municipal de José Raydan, com fornecimento de mão de obra e materiais, nos termos do art. 75, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão de licitação deserta, devidamente registrada no Procedimento Administrativo nº 07/2025.

Informa-se que a presente dispensa restou deserta, não tendo sido apresentados interessados aptos à contratação.

E, para que produza os efeitos legais, lavro a presente declaração, que será devidamente juntada aos autos e publicada no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, em cumprimento ao disposto no **art. 94 da Lei nº 14.133/2021**.

Atenciosamente;

José Raydan 25 de julho de 2025

Pâmela de Jesus Carvalho

Pâmela de Jesus Carvalho, Agente de Contratação

legalmente designado pela Portaria nº 07/2025 Presidente da Câmara Municipal de José Raydan Biênio 2025/2026

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2563077157

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JESSE SIMOES SIQUEIRA

1ª HABILITAÇÃO
21/02/2018

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
24/07/1983, TURMALINA, MG

4a DATA EMISSÃO
22/03/2023

4b VALIDADE
19/09/2032

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF
MG11705168 SSP MG

4d CPF
067.970.536-84

5 Nº REGISTRO
07006719414

9 CAT HAB
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA

REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		19/09/2032	
A1			
B		19/09/2032	
B1			
C		19/09/2032	
C1			

9	10	11	12
D		19/09/2032	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
CAPELINHA, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DETRAN/MG
21544564366
MG6248654221

MINAS GERAIS

2563077157

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Válido hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document / Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad. Filiação / Filiation / Filación - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA070067199<148<<<<<<<<<<<<
8307244M3209192BRA<<<<<<<<<<<6
JESSE<<SIMOES<SIQUEIRA<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Processo nº 10/2025
Folha nº 117
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

01-EULER

Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/10/2002
SOB O NÚMERO: 3120661087-0
#KEILA SIMOES SIQUEIRA & CIA LTDA#
Protocolo: 028512642
AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO
PELA SECRETARIA GERAL

A DO AGENTE MERCIO

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)
JUCEMG - SEDE
BELO HORIZONTE
02/851.264-2

31 03338 0087

1/4

DEFERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME: Keila Simoes Siqueira & Cia Ltda
(da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
03	001		01	Constituiçao-ME

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Turmalina -mg
Local
16, 10, 2002
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: K Jesse Simoes Siqueira
Assinatura: Jesse Simoes Siqueira
Telefone de contato:

EGA/MRGD

JUCMG209160102

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM ☐ SIM

☒ NÃO 16/10/02 Data Meire Pereira dos Santos Responsável ☐ NÃO Data Responsável

Processo em ordem. À decisão.
Data
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☒ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.
16, 10, 2002 Data
Técnico em Registro Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
2ª Exigência ☐ 3ª Exigência ☐ 4ª Exigência ☐ 5ª Exigência ☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

Processo nº 10/2025
Folha nº 118
Ass.:
Câmara Municipal de Jose Raydan

Remota

Data
Presidente da Turma
Vogal
Vogal
Vogal

OBSERVAÇÕES:
CPF's OK

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico que este documento da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411, foi deferido e arquivado sob o nº 31206610870 em 16/10/2002. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Processo nº 10/2025
Folha nº 119
Ass.: Câmara Municipal de José Raydan

CONTRATO SOCIAL

KEILA SIMÕES SIQUEIRA, brasileira, solteira, emancipada por outorga paterna, construtora, residente e domiciliada à Rua do Rosário, 56 bairro Rosário em Turmalina-MG, portadora da Carteira de Identidade de nº MG 13.292.583 exp. Pela Sec. de Seg. Pública de Minas Gerais e CPF nº 059.795.666-94, nascida em 03/01/1982 e **JESSÉ SIMÕES SIQUEIRA**, brasileiro, solteiro, emancipado por outorga paterna, construtor, residente e domiciliado à Rua do Rosário, 56 bairro Rosário em Turmalina-MG, portador da Carteira de Identidade de nº 11.705.168 exp. Pela Sec de Seg. Pública de Minas Gerais em data de 09/03/1999, filho do Sr. Nelson de Siqueira e Rejane Vaz Simões Siqueira, nascido aos 24/07/1983, portador do CPF nº 067.970.536-84, resolvem de comum acordo e na melhor forma de direito, constituírem uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a qual se regerá pelas leis e regulamentos em vigor, observando as seguintes condições:

PRIMEIRA - A sociedade girará sob a denominação social de KEILA SIMÕES SIQUEIRA & CIA LTDA, com endereço à Rua Hélio Maciel, 222, bairro do Rosário em Turmalina-MG, com nome de fantasia CONSTRUTORA SIMÕES SIQUEIRA;

SEGUNDA - O objetivo da firma será a prestação de serviços na área de construção civil;

TERCEIRA - O capital social será de R$18.000,00 (dezoito mil reais), totalmente integraliados em moeda corrente do país neste ato, e assim distribuídos entre os sócios:
- KEILA SIMÕES SIQUEIRA - 10.800 (dez mil e oitocentas) cotas, no valor de R$1,00 (um real) cada, totalizando a quatia de R$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais);
- JESSÉ SIMÕES SIQUEIRA - 7.200 (sete mil e duzentas) cotas, no valor de R$1,00 (um real) cada, totalizando R$7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
- TOTAL GERAL DO CAPITAL 18.000 (dezoito mil) cotas no valor de R$1,00 (um real) cada, totalizando R$18.000,00 (dezoito mil reais);

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios limita-se ao valor total do capital social;

QUARTA - A gerência da sociedade bem como o uso da denominação social será exercida pelos dois sócios em conjunto ou separadamente,

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico que este documento da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411, foi deferido e arquivado sob o nº 31206610870 em 16/10/2002. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

214

Ficando no entanto vedado o seu uso em negócios estranhos aos fins sociais, tais como: avais, fianças, endossos, etc;

QUINTA - O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado e com início das atividades a partir de 01/07/2002;

SEXTA - A sociedade não possui filiais, mas poderá abrí-las onde e quando lhes convier;

SÉTIMA - No caso de falecimento de um dos sócios os herdeiros poderão continuar na sociedade, indicando um representante junto à mesma, o qual substituirá o sócio falecido nas suas funções, na administração da sociedade, ou o sócio remanescente efetuará o pagamento aos herdeiros de cujos de seus haveres;

OITAVA - As cotas de capital são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o expresso consentimento dos demais sócios, cabendo-lhes em igualdade de condições o direito de preferência na sua aquisição;

NONA - Os lucros ou prejuízos apurados em balanço que se dará em 31 de dezembro de cada ano, serão repartidos ou suportados na proporção de sua participação no capital social;

DÉCIMA - Ocorrendo falecimento ou interdição de qualquer um dos sócios, a sociedade não dissolverá, continuando com os herdeiros de cujos, ou interditados, caso os herdeiros não queiram participar da sociedade, então será levantado um balanço geral, que se dará imediatamente, apurando os haveres do sócio falecido ou interditado, o pagamento aos herdeiros será efetuado no prazo de 90 (noventa) dias após o encerramento do balanço à vista ou parceladamente;

DÉCIMA-PRIMEIRA - Os sócios declaram sob as penas da Lei nº 8.934/94 do decreto 1.800/96 não estarem impedidos de exercerem as atividades mercantis e administração da sociedade em virtude de condenação criminal;

DÉCIMA-SEGUNDA - Apenas a sócia Keila Simões Siqueira, terá direito a uma retirada mensal a título de pró-labore, retirada esta, que será no valor de um salário mínimo, que será levado a débito da conta despesas gerais da sociedade;

Processo nº 10/2025
Folha nº 120
Ass: Ramalho
Câmara Municipal de José Raydan

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico que este documento da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411, foi deferido e arquivado sob o nº 31206610870 em 16/10/2002. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Keila Simões Siqueira & Cia Ltda

E, pôr estarem assim justos e acertados assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual forma e teor , tendo as mesmas finalidades, assinando também abaixo duas testemunhas maiores e capazes a tudo presentes;

Turmalina, 23 de julho de 2002

x Keila Simões Siqueira
Keila Simões Siqueira

x José Simões Siqueira
Jesse Simões Siqueira

TESTEMUNHAS

Maria Leonor Garcia Dias-M-I.188.226 SSPMG

Rosilene Garcia Dias - M-495.098 SSPMG

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/10/2002
SOB O NÚMERO: 3120661087-0
#KEILA SIMOES SIQUEIRA & CIA LTDA#
Protocolo: 028512642
AUGUSTO PIMENTA DE PORTILHO
PELA SECRETARIA GERAL

Processo nº 10/2025
Folha nº 121
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico que este documento da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411, foi deferido e arquivado sob o nº 31206610870 em 16/10/2002. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Processo nº 10/2025
Fls. nº 122
Ass. Ramalho
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31112548411	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: JESSE SIMOES SIQUEIRA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400089605

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

TURMALINA
Local

29 JANEIRO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ (Data / Responsável)

☐ NÃO ___/___/_____ _____ (Data / Responsável)

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ (Data) _____ (Responsável)

DECISÃO COLEGIADA

	2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)	☐	☐	☐	☐
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.				
☐ Processo indeferido. Publique-se.				

___/___/_____ (Data) _____ (Vogal) _____ (Vogal) _____ (Vogal)

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024 Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/090.065-1	MGP2400089605	30/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Processo nº 10/2025
Folha nº 123
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO: NELSON DE SIQUEIRA
(mãe): REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor):
EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL
NÚMERO: 222

COMPLEMENTO:
BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO
CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA
UF: MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 124
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL: JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL
NÚMERO: 222

COMPLEMENTO:
BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO
CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
/ Atividade principal
4120400
/ Atividades secundárias
0161002
0161099
1622699
2330302
7711000

DESCRIÇÃO DO OBJETO
FABRICACAO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE MOVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA. COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES. OBRAS DE FUNDACOES. OBRAS DE ALVENARIA. (CONTINUA NA PROXIMA PÁGINA)

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente): (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 123
Ass.: Ramalho
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 7731400 7732201 8111700 8121400 8129000	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA. SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES . COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES. COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR. COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO. - SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. RANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, MUNICIPAL. TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. SERVICOS DE ENGENHARIA. (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
___/___/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA (mãe) REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

EMAIL
ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 126
Ass: Carvalho
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
8130300
8211300
8230001
8230002
9319199

DESCRIÇÃO DO OBJETO
SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA. SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO. LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS. - LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO . PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS. SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS. OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAO ESPECIFICADAS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS. SERVICO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURAS. ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO ESPECIFICADAS.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/07/2002	05342226000194			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
___/___/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900351 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Fls. nº 127
Ass.:
Câmara Municipal de José Boydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresaria, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 3101200 3812200 3821100 4211101 4211102	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. ___/___/_____	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretaria-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA
(mãe)
REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)
EMAIL
ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)
RUA HELIO MACIEL
NÚMERO
222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO
TURMALINA
UF
MG

Processo nº 18/2025
Fls. nº 128
Ass.: Reanallo
Comissão Municipal de Licitações

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)
RUA HELIO MACIEL
NÚMERO
222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4213800
4221903
4222701
4299501
4313400

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 129
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4321500
4322301
4322302
4329104
4330405

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA
(mãe) REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA | UF: MG

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Processo nº 1012025
Fls. sob nº 130
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4391600
4399103
4399104
4399105
4520001

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
___/___/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG14326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 131
Ass.: Reanalho
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se

☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 4530703 4530705 4732600 4744099 4754701	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44426020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900351 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 132
Ass.: [signature]
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresaria, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4761003
4763602
4923002
4924800
4929901

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240300651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C24 1003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA
(mãe)
REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)
EMAIL
ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 133
Ass.: Barcelho
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4929902
4930201
4930202
7112000
7119701

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO: NELSON DE SIQUEIRA
(mãe): REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)
EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA | UF: MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 134
Ass: Ramalho
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL: JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal: 4120400
Atividades secundárias: 7119704

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/090.065-1	MGP2400089605	30/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Processo nº 10/2025
Folha nº 135
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, de NIRE 3111254841-1 e protocolado sob o número 24/090.065-1 em 30/01/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11476085, em 01/02/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Zulene Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Belo Horizonte, quinta-feira, 01 de fevereiro de 2024

Documento assinado eletrônicamente por Zulene Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 01/02/2024, às 16:14 conforme horário oficial de Brasília.

Processo nº 10/2025
Folha nº 136
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/090.065-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETARIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo nº 10/2025
Folha nº 137
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte. quinta-feira, 01 de fevereiro de 2024

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Processo nº 10/2025
Folha nº 138
Ass.:
Câmara Municipal de Jaci José Reydan

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: JESSE SIMOES SIQUEIRA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.342.226/0001-94
Certidão nº: 52140234/2025
Expedição: 05/09/2025, às 08:14:29
Validade: 04/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **JESSE SIMOES SIQUEIRA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.342.226/0001-94, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

CADASTRO ECONÔMICO
BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

Processo nº 10/2025
Folha nº 139
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Informações Gerais

Código	Insc. Municipal	Nome ou Razão Social				
18450	18450	JESSE SIMOES SIQUEIRA				
Data Início	**Ativo**	**Emite NF**	**Estabelecido**	**Área Utilizada**	**ISS Fixo**	**TLLF**	**Tipo Pessoa**
11/02/2022	Sim	Sim	Sim	42,00		Sim	Jurídica
CNPJ/CPF	**IE/RG**	**Telefone**	**Fax**	**Outro Telefone**
05342226000194		(38) 99168-5272		
Contador				**Horário Funcionamento**
Cód.:	**Nome:**		**CRC/UF:**	07:30:00 às 19:00:00

Endereço Fiscal

Logradouro				
Código:	**Tipo:**	**Nome:**	**Número:** 222	**Compl.:**
Bairro		**Cidade**		
Cód.:	**Nome:**	**Cód.:**	**Nome:** /	**CEP:** 39660000

Endereço Correspondência

Logradouro		
HELIO MACIEL, 222		
Bairro	**Cidade**	
ROSARIO	/ MG	**CEP:** 39660000

Atividades Econômicas

		Principal
1001	FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUÇÃO	Não
1017	CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS E FERROVIAS	Não
1031	FABRICAÇÃO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUÇÃO	Não
1032	SERVIÇO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURA	Não
1053	SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA	Não
1077	SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCAÇAO DE AUTOMOVEIS	Não
1092	MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE	Não
1105	COMÉRCIO A VAREJO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS NOVOS PARA VEÍCULOS	Não
1113	MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	Não
1125	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS	Não
1132	COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL	Não
1144	COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS	Não
1145	COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA	Não
1152	COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES	Não
1170	TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS	Não
1177	SERVIÇOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA	Não
1185	LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS	Não
1186	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções	Não
1262	COLETA DE RESÍDUOS PERIGOSOS	Não
1263	PINTURA PARA SINALIZAÇÃO EM PISTAS RODOVIÁRIAS E AEROPORTOS	Não
1264	OBRAS DE FUNDAÇÕES	Não
1265	OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Não
1266	ATIVIDADES DE LIMPEZA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	Não
1275	SERVIÇOS DE PERÍCIA TÉCNICA RELACIONADOS À SEGURANÇA DO	Não
287	TRANSPORTE ESCOLAR	Não
381	OBRAS DE TERRAPLENAGEM	Não
423	COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS DE AR	Não
525	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA	Não
527	SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Não

PREFEITURA MUNICIPAL DE TURMALINA

CADASTRO ECONÔMICO

BOLETIM DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS

568	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO ELÉTRICA	Não
586	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS	Não
610	OBRAS DE ALVENARIA	Não
660	LOCAÇÃO DE AUTOMÓVEIS SEM CONDUTOR	Não
669	SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSIÇÕES E	Não
688	CASA DE FESTAS E EVENTOS	Não
693	SERVIÇOS COMBINADOS DE ESCRITÓRIO E APOIO ADMINISTRATIVO	Não
743	CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS	Sim
770	OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS	Não
772	ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS	Não
786	CONSTRUÇÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E RECREATIVAS	Não
817	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS, SANITÁRIAS E DE GÁS	Não
818	INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR	Não
851	APLICAÇÃO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E	Não
854	SERVIÇOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS	Não
892	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS SEM OPERADOR	Não
905	ALUGUEL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO SEM	Não
906	TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE	Não
907	ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS	Não
908	TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE	Não
941	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E	Não
967	PERFURAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE POÇOS DE ÁGUA	Não
996	TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E	Não

Sócios	CPF/CNPJ	Tipo Sócio

Características - Grupo	Características - Item	Valor	Pontos

Processo nº 10/2025
Folhas nº 140
Assinatura
Câmara Municipal de Turmalina - Vereador Raydan

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3302610/2025
Emissão: 16/09/2025
Validade: 31/03/2026
Chave: 5xzB0

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que o(a) profissional encontra-se registrado neste Conselho, nos termos da Lei 5.194/66, de 24/12/1966, conforme os dados abaixo. CERTIFICAMOS, ainda, face o estabelecimento nos artigos 68 e 69 da referida Lei, que o(a) interessado(a) não se encontra em débito com o CREA-MG.

Interessado(a)

Profissional: JESSE SIMOES SIQUEIRA
Registro: 1413383394
CPF: ***.970.536-**
Endereço: **********

Tipo de Registro: Registro Definitivo de Profissional (DIPLOMADO NO PAÍS)
Data de registro: 09/07/2014

Titulo(s)

GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO CIVIL
Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUCAO 218 DE 29.06.73, DO CONFEA.
Data de Formação: 18/06/2014

Processo nº 101/2025
Folha nº 141
Assinatura
Câmara Municipal de José Raydan

PÓS - GRADUAÇÃO

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO
Atribuição: ARTIGO 4 DA RESOLUCAO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA.
Data de Formação: 27/06/2020

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA FÍSICA

Informações / Notas

- A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à respectiva ação penal.
- CERTIFICAMOS que caso ocorra(m) alteração(ões) no(s) elemento(s) contido(s) neste documento, esta Certidão perderá a sua validade para todos os efeitos.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.
- Válido em todo território nacional.

Última Anuidade Paga

Ano: 2025 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsabilidades Técnicas

Empresa: CONSTRUTORA GOUVEIA LTDA
Registro: 0000017130
CNPJ: 07.373.341/0001-51
Data Início: 31/07/2023
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: TRANSMACEDO TRANSPORTES LTDA
Registro: 0000031962
CNPJ: 14.209.695/0001-20
Data Início: 28/02/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: ADEILTON SOARES MACIEL 70539847615
Registro: 0000029346
CNPJ: 12.589.791/0001-16
Data Início: 27/03/2023
Data Fim: Indefinido

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA FÍSICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 3302610/2025
Emissão: 16/09/2025
Validade: 31/03/2026
Chave: 5xzB0

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

Processo nº 10/2025
Folha nº 142
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: CONSTRUTORA SOBERANA EMPREENDIMENTOS LTDA
Registro: 0000067275
CNPJ: 37.829.768/0001-82
Data Início: 18/08/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: JOAQUIM DIAS DE SOUZA & CIA LTDA
Registro: 8277
CNPJ: 04.121.381/0001-18
Data Início: 10/04/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: NELSON SIMOES SIQUEIRA JUNIOR
Registro: 0000061497
CNPJ: 29.827.700/0001-36
Data Início: 06/08/2020
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Empresa: JESSE SIMOES SIQUEIRA
Registro: 0000012494
CNPJ: 05.342.226/0001-94
Data Início: 01/02/2018
Data Fim: Indefinido
Data Fim de Contrato: Indefinido
Tipo de Responsabilidade: RESPONSAVEL TÉCNICO

Historico Situacao Registro

Situacao:	Data Inicial:	Data Final:
ATIVO	15/05/2015	

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: https://crea-mg.sitac.com.br/publico/, com a chave: 5xzB0
Impresso em: 16/09/2025 às 13:54:04 por: adapt, ip: 186.225.181.127

Processo nº 101/2025
Folha nº 143
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JESSE SIMOES SIQUEIRA
CNPJ: 05.342.226/0001-94

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 07:53:20 do dia 05/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 04/03/2026.
Código de controle da certidão: **D22A.22CF.A61F.C9AD**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar | Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.342.226/0001-94

Razão Social: JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME

Endereço: RUA HELIO MACIEL 222 / ROSARIO / TURMALINA / MG / 39660-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/08/2025 a 22/09/2025

Certificação Número: 2025082401271195009401

Informação obtida em 05/09/2025 08:14:06

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Processo nº 10/2025
Folha nº 149
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.342.226/0001-94 MATRIZ		16/10/2002

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
01.61-0-02 - Serviço de poda de árvores para lavouras
01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente
16.22-6-99 - Fabricação de outros artigos de carpintaria para construção
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção
31.01-2-00 - Fabricação de móveis com predominância de madeira
38.12-2-00 - Coleta de resíduos perigosos
38.21-1-00 - Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos
42.11-1-01 - Construção de rodovias e ferrovias
42.11-1-02 - Pintura para sinalização em pistas rodoviárias e aeroportos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.21-9-03 - Manutenção de redes de distribuição de energia elétrica
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
42.99-5-01 - Construção de instalações esportivas e recreativas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
43.30-4-05 - Aplicação de revestimentos e de resinas em interiores e exteriores
43.91-6-00 - Obras de fundações
43.99-1-03 - Obras de alvenaria

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HELIO MACIEL	222	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
39.660-000	ROSARIO	TURMALINA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR	(38) 3527-1261

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	11/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/09/2025** às **08:16:46** (data e hora de Brasília).

Processo nº 10/2025
Folha nº 145
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.342.226/0001-94 MATRIZ		16/10/2002

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
43.99-1-04 - Serviços de operação e fornecimento de equipamentos para transporte e elevação de cargas e pessoas para uso em obras
43.99-1-05 - Perfuração e construção de poços de água
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista
49.24-8-00 - Transporte escolar
49.29-9-01 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, municipal
49.29-9-02 - Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, intermunicipal, interestadual e internacional
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
71.12-0-00 - Serviços de engenharia
71.19-7-01 - Serviços de cartografia, topografia e geodésia
71.19-7-04 - Serviços de perícia técnica relacionados à segurança do trabalho
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HELIO MACIEL	222	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
39.660-000	ROSARIO	TURMALINA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR	(38) 3527-1261

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	11/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/09/2025** às **08:16:46** (data e hora de Brasília).

Processo nº 10/2025
Folha nº 146
Ass.: Ramalho
Câmara Municipal de José Raydan

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
05.342.226/0001-94 MATRIZ		16/10/2002

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.31-4-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes
81.11-7-00 - Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais
81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios
81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente
81.30-3-00 - Atividades paisagísticas
82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
82.30-0-02 - Casas de festas e eventos
88.00-6-00 - Serviços de assistência social sem alojamento
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R HELIO MACIEL	222	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
39.660-000	ROSARIO	TURMALINA	MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR	(38) 3527-1261

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	11/02/2022

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **05/09/2025** às **08:16:46** (data e hora de Brasília).

Processo nº 10/2025
Folha nº 147
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS **Negativa**	CERTIDÃO EMITIDA EM: 05/09/2025 CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 04/12/2025

NOME/NOME EMPRESARIAL: JESSE SIMOES SIQUEIRA		
INSCRIÇÃO ESTADUAL: 002349082.00-61	CNPJ/CPF: 05.342.226/0001-94	SITUAÇÃO: Ativo
LOGRADOURO: RUA HELIO MACIEL		NÚMERO: 222
COMPLEMENTO:	BAIRRO: ROSARIO	CEP: 39660000
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: TURMALINA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no sítio da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais em www.fazenda.mg.gov.br => certidão de débitos tributários => certificar documentos

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000913790611

Processo nº 10/2025
Folha nº 148
Ass.: Ramollo
Câmara Municipal de José Raydan

SIMPLES NACIONAL

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

CNPJ	Razão Social
05.342.226/0001-94	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Período de Apuração	Data de Vencimento	Número do Documento	Pagar este documento até
Agosto/2025	29/08/2025	07.18.25248.3914603-4	30/09/2025

Observações
DAS de PARCSN (Versão: 2.0.0)
Número do Parcelamento: 2
Parcela: 2/15

Valor Total do Documento: 318,82

Composição do Documento de Arrecadação

Código	Denominação	Principal	Multa	Juros	Total
1004	COFINS - SIMPLES NACIONAL 04/2025	81,50	16,30	3,70	101,50
1002	CSLL - SIMPLES NACIONAL 04/2025	70,11	14,02	3,18	87,31
1001	IRPJ - SIMPLES NACIONAL 04/2025	86,73	17,34	3,94	108,01
1005	PIS - SIMPLES NACIONAL 04/2025	17,67	3,53	0,80	22,00
	Totais	**256,01**	**51,19**	**11,62**	**318,82**

Processo nº 10/2025
Folha nº 149
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

SENDA (Versão:5.2.7) Página: 1 / 1 05/09/2025 07:54:13

85820000003 1 18820328252 3 73071825248 5 39146034780 5 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Documento de Arrecadação do Simples Nacional

85820000003 1 | 18820328252 3 | 73071825248 5 | 39146034780 5

CNPJ:	05.342.226/0001-94
Número:	07.18.25248.3914603-4
Pagar até:	30/09/2025
Valor:	318,82

Pague com o PIX

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração
Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais

Nº DO PROTOCOLO (Uso da Junta Comercial)

Processo nº 10/2025
Folha nº 150
Ass.: [illegible]
Câmara Municipal de José Raydan

NIRE (da sede ou filial, quando a sede for em outra UF)	Código da Natureza Jurídica	Nº de Matrícula do Agente Auxiliar do Comércio
31112548411	2135	

1 - REQUERIMENTO

ILMO(A). SR.(A) PRESIDENTE DA Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Nome: JESSE SIMOES SIQUEIRA
(da Empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Nº FCN/REMP
MGP2400089605

requer a V.Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
1	002			ALTERACAO
		2244	1	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E SECUNDARIAS)
		2247	1	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL

TURMALINA
Local

29 JANEIRO 2024
Data

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:
Nome: _____
Assinatura: _____
Telefone de Contato: _____

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR ☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM _____ ☐ SIM _____

☐ NÃO ___/___/_____ _____ ☐ NÃO ___/___/_____ _____
Data Responsável Data Responsável

Processo em Ordem
À decisão

___/___/_____
Data

_____
Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____ _____
Data Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência. (Vide despacho em folha anexa)
☐ Processo deferido. Publique-se e arquive-se.
☐ Processo indeferido. Publique-se.

2ª Exigência	3ª Exigência	4ª Exigência	5ª Exigência
☐	☐	☐	☐

___/___/_____
Data

_____ Vogal _____ Vogal _____ Vogal

Presidente da _____ Turma

OBSERVAÇÕES

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Capa de Processo

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/090.065-1	MGP2400089605	30/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Processo nº 10/2025
Folha nº 151
Ass. [signature]
Câm. Municipal de José Raydan

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Processo nº 10/2025
Folha nº 152
Ass.: Ramello
Câm. Mun. de José Raydan

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 0161002 0161099 1622699 2330302 7711000	FABRICACAO DE OUTROS ARTIGOS DE CARPINTARIA PARA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA USO NA CONSTRUCAO. FABRICACAO DE MOVEIS COM PREDOMINANCIA DE MADEIRA. COLETA DE RESIDUOS PERIGOSOS. TRATAMENTO E DISPOSICAO DE RESIDUOS NAO-PERIGOSOS. CONSTRUCAO DE EDIFICIOS. PINTURA PARA SINALIZACAO EM PISTAS RODOVIARIAS E AEROPORTOS. OBRAS DE URBANIZACAO - RUAS, PRACAS E CALCADAS. MANUTENCAO DE REDES DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA. CONSTRUCAO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE AGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUCOES CORRELATAS, EXCETO OBRAS DE IRRIGACAO. CONSTRUCAO DE INSTALACOES ESPORTIVAS E RECREATIVAS. OBRAS DE TERRAPLENAGEM. INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA. INSTALACOES HIDRAULICAS, SANITARIAS E DE GAS. MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS. APLICACAO DE REVESTIMENTOS E DE RESINAS EM INTERIORES E EXTERIORES. OBRAS DE FUNDACOES. OBRAS DE ALVENARIA. (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DATA DE INICIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [ ] F [ ]	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 153
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se

[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA

nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 7731400 7732201 8111700 8121400 8129000	SERVICOS DE OPERACAO E FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA TRANSPORTE E ELEVACAO DE CARGAS E PESSOAS PARA USO EM OBRAS. PERFURACAO E CONSTRUCAO DE POCOS DE AGUA. SERVICOS DE MANUTENCAO E REPARACAO MECANICA DE VEICULOS AUTOMOTORES . COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES. COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR. COMERCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO. - SERVICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS - LOCACAO DE AUTOMOVEIS COM MOTORISTA. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, MUNICIPAL. TRANSPORTE RODOVIARIO COLETIVO DE PASSAGEIROS, SOB REGIME DE FRETAMENTO, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. RANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, MUNICIPAL. TRANSPORTE RODOVIARIO DE CARGA, EXCETO PRODUTOS PERIGOSOS E MUDANCAS, INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL. SERVICOS DE ENGENHARIA. (CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA)

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG4426020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 16/2025
Folha nº 154
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 8130300 8211300 8230001 8230002 9319199	SERVICOS DE CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODESIA. SERVICOS DE PERICIA TECNICA RELACIONADOS A SEGURANCA DO TRABALHO. LOCACAO DE AUTOMOVEIS SEM CONDUTOR. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS SEM OPERADOR. ALUGUEL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO SEM OPERADOR, EXCETO ANDAIMES. SERVICOS COMBINADOS PARA APOIO A EDIFICIOS, EXCETO CONDOMINIOS PREDIAIS. - LIMPEZA EM PREDIOS E EM DOMICILIOS. ATIVIDADES DE LIMPEZA NAO ESPECIFICADAS. ATIVIDADES PAISAGISTICAS. SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO . PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO NAO ESPECIFICADOS. SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS. OUTRAS ATIVIDADES ESPORTIVAS NAO ESPECIFICADAS. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA. COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS. SERVICO DE PODA DE ARVORES PARA LAVOURAS. ATIVIDADES DE APOIO A AGRICULTURA NAO ESPECIFICADAS.

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA
(mãe)
REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)
EMAIL
ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)
RUA HELIO MACIEL
NÚMERO
222

COMPLEMENTO
BAIRRO / DISTRITO
ROSARIO
CEP
39660000

MUNICÍPIO
TURMALINA
UF
MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 135
Ass.: pecanha
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)
RUA HELIO MACIEL
NÚMERO
222

COMPLEMENTO
BAIRRO / DISTRITO
ROSARIO
CEP
39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
3101200
3812200
3821100
4211101
4211102

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETARIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M [ ] F [ ]	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 16/2025
Folha nº 156
Ass: Reinaldo
Chefe de Departamento José Reinaldo

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 4213800 4221903 4222701 4299501 4313400	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO. PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE. ____/____/____	AUTENTICAÇÃO AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO
NELSON DE SIQUEIRA
(mãe)
REJANE VAZ SIMOES SIQUFIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

EMAIL
ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10120025
Folha nº 157
Ass.: Bomfim
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4321500
4322301
4322302
4329104
4330405

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL ☐ 1 - SIM 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO: NELSON DE SIQUEIRA (mãe) REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av. etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA | UF: MG

Protocolo nº 1012025
Fls. 158
Assinatura
Serventia Extrajudicial de José Haydan

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4391600
4399103
4399104
4399105
4520001

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL
01/07/2002	05342226000194			DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO: NELSON DE SIQUEIRA
(mãe): REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)

EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL — NÚMERO: 222

COMPLEMENTO — BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO — CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA — UF: MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 159
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL: JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL — NÚMERO: 222

COMPLEMENTO — BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO — CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4530703
4530705
4732600
4744099
4754701

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF — NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL — DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			[ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/_____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44926020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F8CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO: M [ ] F [ ] | REGIME DE BENS (se casado): COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO: NELSON DE SIQUEIRA
(mãe): REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor):
EMAIL: ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO: | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO: TURMALINA | UF: MG

Protocolo nº 10/2025
Fls. nº 160
Assinatura Funcionário

Declaro que a atividade se
[ ] ENQUADRA
[ ] REENQUADRA
[ ] DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
[X] MICROEMPRESA - ME
[ ] EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL: JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.): RUA HELIO MACIEL | NÚMERO: 222

COMPLEMENTO: | BAIRRO / DISTRITO: ROSARIO | CEP: 39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)
Atividade principal
4120400
Atividades secundárias
4761003
4763602
4923002
4924800
4929901

DESCRIÇÃO DO OBJETO

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL [ ] 1 - SIM [ ] 2 - NÃO
01/07/2002	05342226000194			

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

____/____/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG4UJ26020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 29/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Ministério da Economia
Secretaria de Governo Digital
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO

NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO DE EMPRESA - NIRE DA SEDE	NIRE DA FILIAL (preencher somente se ato referente a filial)
3111254841-1	

NOME DO EMPRESÁRIO (completo sem abreviaturas)
JESSE SIMOES SIQUEIRA

NACIONALIDADE	ESTADO CIVIL
BRASILEIRA	CASADO

SEXO	REGIME DE BENS (se casado)
M ☐ F ☐	COMUNHAO UNIVERSAL

FILIAÇÃO	(mãe)
NELSON DE SIQUEIRA	REJANE VAZ SIMOES SIQUEIRA

NASCIDO EM (data de nascimento)	IDENTIDADE (número)	Órgão Emissor	UF	CPF (número)
24/07/1983	11705168	SSP	MG	067.970.536-84

EMANCIPADO POR (forma de emancipação somente no caso de menor)	EMAIL
	ECONTMINASCONTABILIDADE@GMAIL.COM

DOMICILIADO NA (LOGRADOURO rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF
TURMALINA	MG

Processo nº 10/2025
Folha nº 16
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Declaro que a atividade se
☐ ENQUADRA
☐ REENQUADRA
☐ DESENQUADRA
nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

Porte
☒ MICROEMPRESA - ME
☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

Declaro, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária, não possuir outro registro de empresário e requer à Junta Comercial do Estado de Minas Gerais:

ATO	DESCRIÇÃO DO ATO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
002	ALTERACAO	2244	ALTERACAO DE ATIVIDADES ECONOMICAS (PRINCIPAL E
EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO	EVENTO	DESCRIÇÃO DO EVENTO
2247	ALTERACAO DE CAPITAL SOCIAL		

NOME EMPRESARIAL
JESSE SIMOES SIQUEIRA

LOGRADOURO (rua, av, etc.)	NÚMERO
RUA HELIO MACIEL	222

COMPLEMENTO	BAIRRO / DISTRITO	CEP
	ROSARIO	39660000

MUNICÍPIO	UF	PAÍS	CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL)
TURMALINA	MG	BRASIL	JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR

VALOR DO CAPITAL - R$	VALOR DO CAPITAL (por extenso)
200.000,00	DUZENTOS MIL REAIS

CÓDIGO DE ATIVIDADE ECONÔMICA (CNAE)	DESCRIÇÃO DO OBJETO
Atividade principal 4120400 Atividades secundárias 7119704	

DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES	NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	TRANSFERÊNCIA DE SEDE OU DE FILIAL DE OUTRA UF NIRE anterior	UF	USO DA JUNTA COMERCIAL DEPENDENTE DE AUTORIZAÇÃO GOVERNAMENTAL
01/07/2002	05342226000194			☐ 1 - SIM ☐ 2 - NÃO

ASSINATURA DA FIRMA PELO EMPRESÁRIO (ou pelo representante/assistente/gerente) (campo de preenchimento facultativo)

DATA DA ASSINATURA	ASSINATURA DO EMPRESÁRIO
29/01/2024	

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL

DEFERIDO.
PUBLIQUE-SE E ARQUIVE-SE.

_____
____/____/____

AUTENTICAÇÃO

AUTENTICAÇÃO DIGITAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 3º DO ART. 4º DA IN-DREI 03/2013, EVIDENCIADA EM RODAPÉ, APÓS A APROVAÇÃO DO ATO

MÓDULO INTEGRADOR: MGP2400089605

MG44326020

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

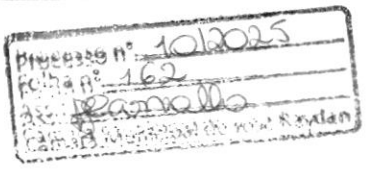
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
24/090.065-1	MGP2400089605	30/01/2024

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

MARINELY DE PAULA BOMFIM
SECRETÁRIA GERAL

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantil - SINREM
Governo do Estado de Minas Gerais
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, de NIRE 3111254841-1 e protocolado sob o número 24/090.065-1 em 30/01/2024, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 11476085, em 01/02/2024. O ato foi deferido eletrônicamente pelo examinador Zulene Figueiredo.

Certifica o registro, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
067.970.536-84	JESSE SIMOES SIQUEIRA

Belo Horizonte, quinta-feira, 01 de fevereiro de 2024

Documento assinado eletrônicamente por Zulene Figueiredo, Servidor(a) Público(a), em 01/02/2024, às 16:14 conforme horário oficial de Brasília.

Processo nº 10/2025
Folha nº 163
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

A autencidade desse documento pode ser conferida no portal de serviços da jucemg informando o número do protocolo 24/090.065-1.

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11476085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112546411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD5EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.
MARINELY DE PAULA BOMFIM SECRETÁRIA-GERAL

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

Processo nº 10/2025
Folha nº 164
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
873.638.956-00	MARINELY DE PAULA BOMFIM

Belo Horizonte, quinta-feira, 01 de fevereiro de 2024

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais
Certifico o registro sob o nº 11473085 em 01/02/2024 da Empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA, Nire 31112548411 e protocolo 240900651 - 30/01/2024. Autenticação: A1E9DD6EF540C3CB422CEC2C378BC8AF7F6CAF. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo C241003468664 e o código de segurança orfx Este cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 28/11/2024 por Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

ATA DE SESSÃO

Processo Licitatório nº 010/2025
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 009/2025
Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, conforme termo de referência e demais anexos do aviso de dispensa de licitação nº 009/2025.**

SÍNTESE

Aos quinze dias do mês de setembro de 2025, às 10h00, reuniu-se o Agente de Contratação, Pamela de Jesus Carvalho, acompanhado dos membros da equipe de apoio, designados por meio da Portaria n.º 06/2025. O objetivo da reunião foi iniciar a análise das Propostas de Preços relativas à **Dispensa de Licitação n.º 009/2025 – Processo Licitatório n.º 010/2025,** nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal n.º 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos).

O **Aviso de Dispensa** foi devidamente publicado no sítio oficial da Câmara Municipal de José Raydan/MG, no dia 05(cinco) de setembro de 2025, disponível no endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br.

ANÁLISE DA PROPOSTA

Às 10:00 do dia 15 de setembro de 2025 foram recebidos via e-mail camarajraydan@yahoo.com.br as **Propostas Iniciais** e **Documentação de Habilitação**, conforme exigido no item **V.** do Aviso de Dispensa. Durante a análise, constatou-se que a empresa JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA) localizada R HELIO MACIEL Nº 222 Bairro ROSARIO- TURMALINA/MG fone (38) 3527-1261 e-mail; JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR representada pelo Sr. Jessé Simões Siqueira apresentou a **Proposta Comercial no valor de R$** 19.988,47 (dezenove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) em conformidade com a planilha orçamentária e **com seus respectivos documentos de Habilitação.**

Processo nº 10/2025
Folha nº 165
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

ENCERRAMENTO:

Ao final da análise das propostas e não comparecendo empresa interessada encerrou-se o recebimento de propostas e habilitação. O Agente de Contratação determinou a publicação desta decisão e a ciência dos interessados. Não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião, da qual lavrou-se a presente ata que, depois de lida e aprovada sem restrições, foi assinada por todos.

José Raydan/MG, de setembro de 2025.

Pamela de Jesus Carvalho

Pamela de Jesus Carvalho

Agente de Contratação

_____

Equipe de Apoio

_____

Equipe de Apoio

Processo nº 101/2025
Folha nº 166
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto José Raydan – Estado de Minas Gerais, endereço eletrônico: camarajraydan@yahoo.com.br

RATIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO.

Processo nº 10/2025
Folha nº 1e7
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO N° 010/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°.010/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.

Considerando o disposto na solicitação apresentada pela Secretaria Executiva da Câmara Municipal de José Raydan ratifico o Procedimento de Contração após a análise dos documentos de proposta e habilitação enviados pela Agente de Contratação.

Considerando ainda, a condução de todo o procedimento pelo Agente de Contratação nomeado através da Portaria n.º 07/2025 e a decisão por ela proferida e o parecer da Assessoria Jurídica quanto ao enquadramento legal da contratação, entendendo possível a inclusão da mesma nos termos dos dispositivos legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

RATIFICO a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS,

Em favor da Contratada JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA) localizada R HELIO MACIEL Nº 222 Bairro ROSARIO-TURMALINA/MG fone (38) 3527-1261 e-mail; JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR representada pelo Sr. Jessé Simões Siqueira apresentou a **Proposta Comercial no valor de R$** 19.988,47 (dezenove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos). Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

José Raydan 15 de setembro de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026

PROCESSO Nº. 0/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 009/2025

CONTRATO Nº. 08/2025., QUE ENTRE SI FAZEM A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN/MG** E A EMPRESA **JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA)** DE CONFORMIDADE COM AS CLÁUSULAS A SEGUIR EXPOSTAS:

Processo nº 10/2025
Folha nº 168
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA I – DAS PARTES E FUNDAMENTOS:

1.1. DO CONTRATANTE:

A CÂMARA MUNICIPAL DE **JOSÉ RAYDAN**/MG, Inscrita no CNPJ Nº 07.332.390/0001-46, com sede na Avenida Padre Luiz Barroso, 33 Serafim Peixoto, José Raydan/MG, neste ato representado por seu Presidente, Heuller Mariano Gonçalves, brasileiro, portador do RG MG-17.044.059, e do CPF Nº 104.860.316-40, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua B, Nº 220 Bairro Centro Cidade José Raydan-MG.

1.2 DO CONTRATADO:

A empresa contratada, JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA) localizada R HELIO MACIEL Nº 222 Bairro ROSARIO-TURMALINA/MG fone (38) 3527-1261 e-mail; JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR representada pelo Sr. Jessé Simões Siqueira inscrito no CPF Nº 067.970.536-84.

1.3. DOS FUNDAMENTOS:

A presente contratação decorre do Processo Administrativo nº. 007/2025, Dispensa de Licitação nº. 006/2025, de acordo com a Lei nº. 14.133/2021, com destaque para o artigo 75 e para o inciso I do artigo respectivo diploma legal e se

regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

Processo nº 10/2025
Folha nº 169
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA II – DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente: a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS, em atendimento às demandas da Câmara Municipal de José Raydan/MG, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2025.

CLÁUSULA III – DO PRAZO, VALOR DO CONTRATO E DO PAGAMENTO:

3.1. DO PRAZO:

O período de contratação será de **05 (cinco) meses**, contados a partir da assinatura deste contrato, prorrogáveis a critério da Câmara, e o prazo de execução será de 03(tres) meses conforme cronograma físico financeiro, podendo ser prorrogado mediante a celebração termo aditivo e desde que autorizado em lei

Havendo prorrogação da vigência contratual, o valor mensal será reajustado considerando o índice IPCA para corrigir os efeitos da inflação. Na oportunidade será utilizado o índice acumulado disponível no 12º mês após o período de 12 meses

IV - DO VALOR E DO PAGAMENTO:

4.1. O valor total do presente contrato é de R$ 19.988,47 (dezenove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos) já incluídos os tributos, os encargos, seguros e demais ônus que por ventura possam recair sobre a Câmara:

4.2. O pagamento decorrente da concretização do objeto deste Contrato será realizado pela Tesouraria da Contratante, por processo legal, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, mensalmente a contar da

data dos serviços prestados.

4.3. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.5. Se o objeto não for entregue/executado conforme condições propostas, o pagamento ficará suspenso até seu recebimento definitivo.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

4.7. Além das cláusulas acima, os critérios de pagamento obedecerão o Termo de Referência.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E CONTRATADA:

5.1. As obrigações da contratante e contratada estão dispostas no Termo de Referência anexo ao presente contrato.

Processo nº 10/2025
Folha nº 17
Assinatura
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1. Os recursos necessários à execução do objeto do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Indicação da dotação orçamentária: 001. Câmara Municipal 01.031.0001.2001 Manutenção Atividades Câmara Municipal 3.3.90.36.00 Recursos não Vinculados de Impostos 10.000.00 3.3.90.35.00 8 Outros Serv. Terceiros - Pessoa Jurídica ficha 10 fonte 1500

CLÁUSULA VII - DO ACOMPANHAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A fiscalização do presente Contrato será exercida pela Servidora Pamela de Jesus Carvalho e a Gestor do Contrato Heuller Mariano Gonçalves ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração do Legislativo;

7.2. Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la

administrativamente sempre que for necessário;

7.3. A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações;

7.4 O relatório de entrega dos serviços será destinado ao registro de fatos e comunicações pertinentes aos mesmos. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pela Contratante.

7.5. O recolhimento das multas deverá ser feito através de guia própria da Câmara Municipal de José Raydan, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data em que for aplicada a multa em definitivo (após garantido o contraditório e ampla defesa), com o setor de tributos da entidade.

Processo nº 101/2025
Folha nº 131
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES:

8.1 As sanções estão descritas no Termo de referência;

CLÁUSULA IX - DOS MOTIVOS DE RESCISÃO:

9.1. São motivos de rescisão deste contrato, independente de procedimento judicial, aqueles inscritos no artigo 137 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA X - DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 O presente contrato e todas as suas alterações e/ou aditamentos deverão ser divulgados no sítio eletrônico oficial da Câmara e mantidos à disposição do público, na forma do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA XI – DO FORO:

11.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Santa Maria do Suaçuí/MG, para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento. E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

José Raydan/MG,15 de setembro de 2025.

Heuller Mariano Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal de José Raydan

Biênio 2025/2026

JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA)

Contratado

Processo nº 10/2025
Folha nº 172
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

Testemunhas:

01_____

CPF:_____

02_____

CPF:_____

CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN

Avenida Padre Luiz Barroso, nº 33, Bairro Serafim Peixoto
José Raydan - Estado de Minas Gerais
CNP: 15.033.151/0001-13

EXTRATO DA CONTRATAÇÃO.

Processo nº 11/2025
Folha nº 118
Ass.:
Câmara Municipal de José Raydan

PROCESSO N° 010/2025

DISPENSA DE LICITAÇÃO N°09/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JOSÉ RAYDAN, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS.

Considerando ainda, a condução de todo o procedimento pelo Agente de Contratação nomeado através da **Portaria n.º 07/2025** e a decisão por ela proferida e o parecer da Assessoria Jurídica quanto ao enquadramento legal da contratação, entendendo possível a inclusão da mesma nos termos dos dispositivos legais previstos na Lei nº 14.133/2021 **EXTRATO DO CONTRATO 08/2025.**

Em favor da Contratada JESSE SIMOES SIQUEIRA (JN ENGENHARIA E CONSTRUTORA) localizada R HELIO MACIEL Nº 222 Bairro ROSARIO- TURMALINA/MG fone (38) 3527-1261 e-mail; JARBASCONTAB@YAHOO.COM.BR representada pelo Sr. Jessé Simões Siqueira apresentou a **Proposta Comercial no valor de R$ 19.988,47 (dezenove mil novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos).** Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Publique-se para que se cumpra o pressuposto legal.

Atenciosamente;

José Raydan 25 de setembro de 2025

Heuller Mariano Gonçalves
Presidente da Câmara Municipal de José Raydan
Biênio 2025/2026